

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

ANNA MARIA FELIPIN RIGOBELLO

FOZ DO IGUAÇU/PR:

**Potencialidade Turística do Patrimônio Cultural Arquitetônico com Significação
Histórica**

Balneário Camboriú

2006

ANNA MARIA FELIPIN RIGOBELLO

**FOZ DO IGUAÇU/PR:
Potencialidade Turística do Patrimônio Cultural Arquitetônico com Significação
Histórica**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação Balneário Camboriú.

Orientador: Prof. Dr^a Roselys Isabel Corrêa dos Santos.

Balneário Camboriú

2006

UNIVALI
UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ

ANNA MARIA FELIPIN RIGOBELLO

“FOZ DO IGUAÇU/PR: POTENCIALIDADE TURÍSTICA DO PATRIMÔNIO
CULTURAL ARQUITETÔNICO COM SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre, no Programa de Mestrado Acadêmico, do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria, Área de Concentração: Planejamento e Gestão do Turismo e da Hotelaria, da UNIVALI Balneário Camboriú, SC, pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dra. Roselys Isabel Corrêa dos Santos

Prof. Dr. Francisco Antonio dos Anjos

Prof. Dr. Luiz Eduardo Catta

Balneário Camboriú, 29 de março de 2006

DEDICATÓRIA

Aos meus pais que apesar de projetos diferentes para minha vida profissional, sempre apoiaram minhas escolhas...

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua força maior, aos meus pais Aparecido e Beatriz, e meus irmãos Fabiana e Thalles, pelos incentivos frequentes, minha eterna gratidão e reconhecimento.

A Luiz Daniel Muniz Junqueira, um companheiro especial que surgiu na minha vida juntamente com o mestrado, pela força, carinho, amor e compreensão em todos os momentos, apesar de também ter suas obrigações como mestrando, sempre com um sorriso no rosto falava: “calma meu amor, vai dar tudo certo”.

A minha segunda família (Ângela, Cíntia, Juliana e Sharlié) que conquistei em Foz do Iguaçu durante a graduação, pelo carinho e pelos incentivos constantes.

Aos amigos de mestrado, Daniela, Diogo, Fernando, Maria Helena, Rejane e Ricardo (turma 2004), e aos amigos da turma 2005, Camila, Luciana, Elenara e seu esposo Indio, companheiros nos momentos de aflição e comemorações.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Turismo e Hotelaria da Univali Balneário Camboriú, em especial à Maria Rita de Cássia Hahn.

À Professora Dra. Roselys I. C. dos Santos, que apesar das adversidades, orientou essa dissertação com dedicação, disponibilidade, apoio e atenção, meus sinceros agradecimentos.

À amiga de mestrado Carol e sua mãe, dona Ilca, pelo carinho e acolhimento em sua residência, e a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para a realização desta dissertação,

MUITO OBRIGADO!

EPÍGRAFE

Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas e seus segredos... Deve escutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação... Onde o homem passou, onde deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história.

Fustel de Coulanges

RESUMO

O presente estudo apresenta uma análise do potencial turístico dos patrimônios culturais edificados significativos para a população local da área central da cidade de Foz do Iguaçu – Paraná. Para tanto, elucidou-se as modificações, principalmente sociais e culturais, que se destacaram no decorrer da história de colonização da cidade, e que contribuíram para a constituição do patrimônio histórico edificado da cidade. No entanto, a cidade não apresenta leis de tombamento e políticas públicas que garantam a integridade desses bens patrimoniais. A utilização da abordagem qualitativa com base no Discurso do Sujeito Coletivo possibilitou detectar que apesar da sociedade atribuir significados às construções históricas, e o setor turístico reconhecer a importância da cultura para a atividade, não há um planejamento consciente que envolva os órgãos públicos e a comunidade local. Além disso, apesar da comunidade e do setor turístico vislumbrar a importância da preservação do patrimônio histórico arquitetônico, não há movimentação coletiva, ou cobrança por parte desses grupos aos órgãos públicos competentes, para que sejam realizadas ações de preservação e revitalizações nas edificações, e para que estas possam ser utilizadas pela atividade turística beneficiando o turista e, principalmente a comunidade local.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico Cultural Arquitetônico, Turismo cultural, Preservação, Planejamento, Significado Histórico.

ABSTRACT

This study presents an analysis of the tourism potential of the cultural heritage buildings and their meaning for the population of the central area of the city of Foz do Iguaçu - Paraná. For this research it was elucidated the changes, mainly social and cultural, that stood out in elapsing time of the city's colonization history, and contributed to the constitution of the city's built historical heritage. However, the city has no safeguard laws and public policies that guarantee the integrity of those cultural inheritances. The use of the qualitative approach with base in the Collective Subject's Speech made possible to detect that in spite of the society attribute meanings to the historical buildings, and the tourist sector recognize the importance of the culture for the activity, there is no conscious planning that involves public organs and local community. Besides, in spite of community and the tourist sector shimmer the importance of preservation the architectural historical heritage, there is no collective action or initiative from community-based groups against local governments to ensure buildings preservation actions and restoration efforts, so these cultural heritage can be used by tourism benefiting tourist and mainly the local community.

Key words: Historical and Cultural Heritage, cultural tourism, preservation, planning, historical meaning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da área de estudo.....	18
Figura 2 – Mapa das Fronteiras Físicas do Município de Foz do Iguaçu.....	67
Figura 3 – Fronteira entre Brasil, Paraguay e Argentina	68
Figura 4 – Área Urbanizada de Foz do Iguaçu.....	94
Figura 5 – Av. Brasil, na década de 40 - Pontilhão sobre o Rio Monjolo.....	98
Figura 6 – Foz do Iguaçu na década de 1930.....	99
Figura 7 – Área Central de Foz do Iguaçu.....	100
Figura 8 – Centro de Foz do Iguaçu (2005).....	101
Figura 9 – Área central de Foz do Iguaçu e os principais patrimônios arquitetônicos.....	106
Figura 10 – Sede da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.....	107
Figura 11 – Casa da Prelazia no início da década de 1950.....	108
Figura 12 – Casa da Prelazia.....	109
Figura 13 – Igreja na década de 1950.....	110
Figura 14 – Catedral São João Batista.....	110
Figura 15 – Fachada da Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu.....	111
Figura 16 – Hotel Cassino no final da década de 1940.....	112
Figura 17 – Paraná Turismo.....	113
Figura 18 – 34º Batalhão da Infantaria Motorizada no início da década de 1950.....	114
Figura 19 – 34º Batalhão da Infantaria Motorizada.....	115
Figura 20 – Antigo aeroporto de Foz do Iguaçu na década de 1950.....	115
Figura 21 – Gresfi – Grêmio Esportivo e Social de Foz do Iguaçu.....	116
Figura 22 – Antiga sede da Biblioteca de Turismo Frederico Engel.....	117
Figura 23 – Escola do Centro Espírita.....	117
Figura 24 – Antiga Escola do Centro Espírita.....	118
Figura 25 – Grupo Bartolomeu Mitre na década de 1950.....	119
Figura 26 – Escola Bartolomeu Mitre Revitalizada.....	119
Figura 27 – Bar Armazém.....	120
Figura 28 – Fatores e Dimensões do Plano de Turismo.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação da infra-estrutura.....	70
Tabela 2 – Meios de comunicação disponível em Foz do Iguaçu no ano de 2003.....	72
Tabela 3 – Saneamento Básico em Foz do Iguaçu.....	73
Tabela 4 – Evolução Populacional de Foz do Iguaçu.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Modelo Resumido dos Discursos – Setor Turístico.....	123
Quadro II – Modelo Resumido dos Discursos – Informantes entre 30 e 40 anos, e acima de 60 anos.....	125
Quadro III – Discurso do Sujeito Coletivo – Relação entre PHCA e Turismo.....	129
Quadro IV – Discurso do Sujeito Coletivo – Conceito de PHCA.....	129
Quadro V – Discurso do Sujeito Coletivo – Edificações relevantes para a formação histórica do município.....	130
Quadro VI – Conceito de Preservação.....	131
Quadro VII – Participação da Comunidade no processo de preservação do PHCA.....	131
Quadro VIII – Motivação Turística da demanda que visita Foz do Iguaçu.....	134
Quadro IX – Discurso do Sujeito Coletivo – Conceito de Tombamento.....	137
Quadro X – Discurso do Sujeito Coletivo – Conhecimento sobre Leis de Preservação.....	137
Quadro XI – Discurso do Sujeito Coletivo – Aproveitamento do PHCA pelo Turismo.....	139
Quadro XII – Discurso do Sujeito Coletivo – Conceito de PHCA (Informante “Y”).....	143
Quadro XIII – Discurso do Sujeito Coletivo – Conceito de PHCA (Informantes “Z”).....	143
Quadro XIV – Discurso do Sujeito Coletivo – Edificações importantes para a formação histórica do município (Informantes “Y”).....	144
Quadro XV – Discurso do Sujeito Coletivo - Edificações importantes para a formação histórica do município (Informantes “Z”).....	144
Quadro XVI – Discurso do Sujeito Coletivo – Significado das edificações (Informantes “Y”).....	145
Quadro XVII - Discurso do Sujeito Coletivo – Significado das edificações (Informantes “Z”).....	146
Quando XVIII – Discurso do Sujeito Coletivo – Maneiras de preservação (Informantes “Y”).....	146
Quadro XIX - Discurso do Sujeito Coletivo – Maneiras de preservação (Informantes “Z”).....	147

Quadro XX – Discurso do Sujeito Coletivo - Zelo pela preservação do patrimônio histórico cultural arquitetônico (Informantes “Y”)	148
Quadro XXI - Discurso do Sujeito Coletivo - Zelo pela preservação do patrimônio histórico cultural arquitetônico (Informantes “H”, “L” e “O”)	148
Quadro XXII - Discurso do Sujeito Coletivo - Zelo pela preservação do patrimônio histórico cultural arquitetônico (Informantes “M” e “N”)	149
Quadro XXIII - Discurso do Sujeito Coletivo – Papel da Prefeitura na preservação do PHCA (Informantes “Y”)	149
Quadro XXIV - Discurso do Sujeito Coletivo – Papel da Prefeitura na preservação do PHCA (Informantes “Z”)	150
Quadro XXV – Discurso do Sujeito Coletivo – Maneiras de utilização do patrimônio (Informantes “Y”)	151
Quadro XXVI – Discurso do Sujeito Coletivo – Maneiras de utilização do patrimônio (Informantes “Z”)	151
Quadro XXVII – Discurso do Sujeito Coletivo – Utilização do patrimônio pela atividade turística (Informantes “F” e “G”)	152
Quadro XXVIII – Discurso do Sujeito Coletivo – Utilização do patrimônio pela atividade turística (Informantes “H”, “I” e “J”)	153
Quadro XXIX – Discurso do Sujeito Coletivo – Utilização do patrimônio pela atividade turística (Informantes “Z”)	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL	27
1.1.1 Cultura	27
1.1.2 Memória	33
1.1.3 Patrimônio	35
1.1.3.1 Da preservação no Mundo para o Brasil	39
1.1.4 Patrimônio Cultural e Preservação	45
1.1.4.1 Tombamento	52
1.1.5 Turismo Cultural	56
1.1.5.1 Importância do Patrimônio Histórico Cultural para o Turismo	62
CAPÍTULO II	
2.1 FORMAÇÃO GEO-HISTÓRICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU – PR	66
2.1.1 Características do espaço geográfico	66
2.1.1.1 A infra-estrutura básica	69
2.2 Contextualização histórica e cultural	74
2.2.1 De Colônia Militar a Município	78
2.2.2 Parque Nacional do Iguaçu, Aviação, BR 277, Ponte da Amizade e Ponte da Fraternidade: marcos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da cidade	80
2.2.3 Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu	84

CAPÍTULO III

3.1 COMPREENDENDO O PATRIMÔNIO EDIFICADO DA ÁREA CENTRAL DE FOZ DO IGUAÇU MEDIANTE OS PROCESSOS METODOLÓGICOS DE MILTON SANTOS	87
3.1.1 A Produção do Espaço.....	88
3.1.2 Espaço Urbano X Cidade.....	91
3.1.3 Formação da área central de Foz do Iguaçu.....	94
3.2 Categorias do método geográfico aplicado ao Patrimônio Histórico Arquitetônico de Foz do Iguaçu.....	102

CAPÍTULO IV

4.1 O POTENCIAL TURÍSTICO DOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS EDIFICADOS DA ÁREA CENTRAL DE FOZ DO IGUAÇU ATRAVÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO	122
4.1.1 Discurso do Sujeito Coletivo e as Populações Entrevistadas.....	122
4.1.2 Discurso do Sujeito Coletivo do Setor Turístico e o Planejamento e Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Foz do Iguaçu.....	127
4.1.3 Discurso do Sujeito Coletivo e a Significação do Patrimônio Histórico Cultural Arquitetônico para a População de Foz do Iguaçu.....	140

CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	160
--------------------------	------------

APÊNDICES	166
------------------------	------------

ANEXOS	197
---------------------	------------

INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada: “*Foz do Iguaçu/PR: Potencialidade Turística do Patrimônio Cultural Arquitetônico com Significação Histórica*” consiste em uma proposta de trabalho que visa analisar o potencial turístico dos patrimônios edificados da área central de Foz do Iguaçu, significativos para a população local, visto que a cidade tem como principal atividade econômica, o turismo. Atualmente, somente atrativos como Cataratas do Iguaçu e Usina Hidrelétrica de Itaipu são responsáveis pela demanda que visita a cidade, visto que o patrimônio histórico edificado não apresenta adequada preservação e revitalização que o inclua no roteiro turístico da localidade.

Para atingir o objetivo principal deste estudo, priorizaram-se objetivos específicos relacionados à história e ao patrimônio cultural de Foz do Iguaçu tais como: contextualizar histórico e culturalmente a cidade de Foz do Iguaçu; levantar as edificações passíveis de tombamento na área central de Foz do Iguaçu, mediante seu grau de importância para a comunidade e para o processo histórico do município; investigar o interesse do setor turístico na preservação e utilização do Patrimônio Cultural edificado como atrativo; além de levantar as medidas de preservação adotadas para proteção das edificações históricas; identificar os principais interesses da demanda turística de Foz do Iguaçu com relação aos atrativos a serem visitados; e verificar o significado cultural do patrimônio histórico e cultural da área central de Foz do Iguaçu para a população desta localidade.

Estudos sobre turismo vêm sendo desenvolvidos em todo o mundo estabelecendo conclusões importantes sobre a atividade turística, podendo-se hoje dizer que a palavra Turismo surgiu no século XIX, mas o ato de se deslocar encontra-se presente na história da humanidade. Para Ruschmann (2002), algumas formas de turismo são evidenciadas desde as civilizações mais antigas, porém somente a partir do século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, que a atividade evoluiu como consequência do aumento do poder de compra, da preocupação do bem estar e principalmente, com o direito às férias concedidas aos trabalhadores. Ainda ao que informa a autora, na metade do século XX a prática do turismo estava restrita à elite, que disponibilizava de tempo e dinheiro para viajar. Hoje, a atividade turística passa por uma ascensão, e uma grande maioria de pessoas dos países desenvolvidos, juntamente com um número significativo das que residem nas nações em desenvolvimento, tem realizado viagens uma ou mais vezes ao ano. Nesse sentido “o crescimento da demanda e, conseqüentemente, da oferta turística, e as facilidades para as viagens tornaram o mundo

inteiro acessível aos viajantes ávidos por novas e emocionantes experiências em regiões com recursos naturais e culturais consideráveis” (RUSCHMANN, 2002, p. 15).

Um dos segmentos do turismo é o Turismo Cultural, muito difundido nos dias atuais, sendo que os atrativos culturais podem ser considerados um dos principais motivadores de viagem. Como confirmação de tal afirmação Ruschmann (2002, p. 50) diz que “é impossível desconsiderar a cultura como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas”. Ainda enfatizando a importância da cultura para o turismo, Beni (2001) afirma que a cultura pode ser considerada:

[...] de moda ou de *avanço humano*, na dependência do tipo de valor que domina as preocupações da sociedade em um dado momento, e que se caracterizam por necessidades sentidas e determinadas pelas mudanças ou pela falta de mudanças na ordem estabelecida das coisas, que deixam de atender às expectativas do homem em seu lugar no universo, ou que lhe permitem uma busca para adentrar em novas dimensões, em um desconhecido investigável, experimental, na teoria e na prática (BENI, 2001, p. 86).

O turismo cultural apóia-se na produção cultural (material e imaterial) das sociedades. Nesse contexto, a origem da cultura de um povo constitui-se “de seu posicionamento geográfico, de seu lugar na história, da época e das condições de encontro com outras culturas, e das organizações culturais previamente existentes” (LUGO 1991, apud RUSCHMANN 2002, p. 50).

Como base para o desenvolvimento da cultura e conseqüentemente para uma posterior influência dessa cultura na motivação turística, deve-se levar em conta o espaço acolhedor da comunidade, uma vez que, o espaço territorial onde uma pessoa vive pode ser considerado fator determinante de seus costumes, ou seja, espaço e cultura se complementam. Segundo Santos (1994 p.20), “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranqüila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar”.

Assim, o espaço sempre irá bem receber um novo morador, e caberá a ele adaptar-se à nova condição, absorvendo o que lhe parecer interessante e interagindo com o meio para que este também se adapte ao seu modo de vida. Essa interação é lenta e exige força de vontade, pois,

[...] quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário (SANTOS, 1998a p.61).

A busca do conhecimento dessas novas culturas que se formaram e ainda se formam ao longo do tempo nesses espaços modificados, que fazem com que o turismo cultural seja hoje um dos principais segmentos do turismo mundial. Sendo assim, pode-se dizer que existem vários fatores que levam uma pessoa a viajar, dentre eles podemos destacar os atrativos culturais e naturais de uma localidade.

Segundo as idéias de Barretto (2002), o turismo pode modificar os povos e as culturas onde se infiltra causando desajustes econômicos estruturais e principalmente culturais (civilizações inteiras perderam sua identidade – raízes). Porém o turismo age também positivamente, e assim, tem papel fundamental na preservação cultural e histórica da sociedade e do espaço que habitam.

Preservar o patrimônio para Lemos (1987, p. 29) pode ser considerado uma forma de “garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural”. Nesse mesmo contexto, Barretto (2002) diz ainda que preservar o patrimônio é uma forma de se preservar também a memória e a identidade de um povo, face à globalização da economia (que leva a uma padronização de gostos, atitudes valores, etc.). Uma das formas de preservação do patrimônio arquitetônico utilizado para salvaguardar o bem edificado é o tombamento. Nesse contexto corrobora Lemos (1987, p. 85), dizendo que “o tombamento é um atributo que se dá ao bem cultural escolhido e separado dos demais para que, nele, fique assegurada a perpetuação da memória”.

Sendo assim, segundo Barretto (2002), o resgate, e a restauração dos bens e da memória, podem levar a um maior conhecimento e a uma maior valorização do patrimônio por parte dos próprios moradores, evitando atos de vandalismo contra os mesmos, já que estão cientes de sua importância para seu próprio contexto dentro da sociedade como cidadãos. Nesse caso o significado desse patrimônio para a população local caracteriza-se como referencial de raízes, cultura e costumes.

A cidade deve sim ser preservada afim de que se estabeleça uma identidade entre esta e a comunidade¹. Sendo assim, elegeu-se a cidade de Foz do Iguaçu situada no extremo oeste do Paraná (Figura 1), como objeto deste estudo, uma vez que segundo dados da EMBRATUR, apesar de a cidade dispor de alguns dos principais atrativos turísticos do cenário brasileiro, não apresenta projetos de preservação para seu patrimônio histórico

¹ No contexto deste estudo, entende-se que “a idéia de comunidade, traduz a imagem de um grupo unido pela homogeneidade, por tradições e por objetivos e perspectivas comuns” (GOMES, 1999, p. 116).

edificado, além de não apresentar ainda uma identidade cultural reconhecida pela população local.

Figura 1 – Localização da Área de Estudo



Fonte: Assessoria de Comunicação Social – Revista Itaipu Binacional, 2004.

A cidade de Foz do Iguaçu apesar de ter seu início de colonização tardia em relação às regiões litorâneas do estado do Paraná, e até mesmo do restante do interior brasileiro, passou por momentos de colonização distintos. A primeira etapa de colonização da cidade deve-se à necessidade de proteger as terras nacionais de possíveis ataques dos países vizinhos, para tanto, criou-se uma colônia militar na região, iniciando aí o processo de ocupação da localidade.

Durante todo este processo de ocupação da região de Foz do Iguaçu, ocorreram fatores maiores (ciclos econômicos) que propiciaram muitas vezes, um rápido crescimento da região. Um desses momentos de rápida expansão demográfica da cidade acontece entre as décadas de 1980 e 1990, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Nessa época, muitos trabalhadores vieram para as atividades de construção da usina, e após seu término milhares deles permaneceram na comunidade local. Segundo dados da prefeitura, a população que era de aproximadamente quarenta mil pessoas, triplicou para cento e cinquenta mil num curto período de quatorze anos (tempo de implantação da usina).

Apesar desses fatores de influência terem contribuído para o estabelecimento da cultura e história da região, o centro da cidade, mesmo possuindo patrimônios arquitetônicos constituídos nesse processo, está sendo massacrado por construções e reconstruções.

A identidade cultural da sociedade para com o espaço habitado se faz necessária para a preservação da cultura da mesma. Além disso, a cidade tem como principal atividade econômica o turismo (onde segundo dados da prefeitura municipal, o setor terciário tem uma participação de 95% na economia local), porém o potencial turístico da cidade é aparentemente aproveitado somente em alguns atrativos com reconhecimento nacional e internacional, como é o caso do Parque Nacional do Iguaçu onde está situada as Cataratas do Iguaçu, e da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Tendo como base todo o referencial acima citado sobre a importância do patrimônio histórico para a preservação da identidade cultural da população, a importância do turismo cultural, e o breve contexto histórico do município de Foz do Iguaçu, mediante inquietações, estudos e interesses anteriores sobre o assunto, o problema de pesquisa surgiu quando a pesquisadora deparou-se, primeiramente com uma deficiência na preservação do patrimônio edificado do município de Foz do Iguaçu, e posteriormente com a preocupação pela pouca utilização desse patrimônio pela atividade turística, Além disso, percebeu-se uma ausência de identidade da população para com esses bens edificados, o que levou a um questionamento sobre o potencial turístico que esses patrimônios possivelmente apresentariam para o município.

A fim de alcançar os objetivos propostos nesse estudo, utilizou-se um referencial teórico adequado às etapas da pesquisa, com base nos elementos metodológicos adotados durante todo o processo de trabalho. A pesquisa pode ser considerada a fase mais importante na elaboração de um trabalho científico, pois, além de estar intimamente ligada com a resolução de problemas específicos, pode promover a produção de teorias ou conhecimentos e ainda avaliar esses sistemas (MINAYO 1999). Muitas são as definições de pesquisa, mas

Pádua (1999, p. 29) apresenta uma definição mais adequada a este estudo, e mais detalhada dentre as demais definições:

[...] tomada num sentido amplo, pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas. Como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxiliem na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações.

A preocupação com uma pesquisa que enquadrasse em tais definições, exigiu uma leitura mais sistemática acerca dos muitos tipos de investigação, sempre levando em consideração os objetivos, abordagens teóricas e procedimentos técnicos deste estudo. Após essas leituras, o processo metodológico foi definido seguindo essas relações com o objeto de estudo, uma vez que Minayo (1999, p. 16) afirma que “a metodologia inclui as concepções de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Trujillo (1974) citado por Marconi e Lakatos (2000, p. 44), mencionam que:

[...] método é a forma de proceder ao longo de um caminho. Na ciência os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo.

O presente estudo se enquadra no método indutivo, “processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas” (MARCONI E LAKATOS, 2000, p. 53). E ainda, caracteriza-se como uma pesquisa de predominância qualitativa, por ser a mais adequada às ciências sociais, uma vez que pretende analisar culturalmente o patrimônio edificado da área central da cidade de Foz do Iguaçu e seu significado para a população local bem como o seu potencial para a utilização na atividade turística. Nesse âmbito, Minayo (1999) afirma que a pesquisa qualitativa deve se preocupar nas ciências sociais com as realidades não quantificáveis. Ou seja, para a mesma autora (1999, p. 21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Todavia apesar da predominância na utilização do método qualitativo, para alcançar o objetivo deste estudo, quando necessário se fez também o uso da pesquisa quantitativa, uma vez que alguns dados estatísticos foram analisados e referenciados para uma melhor exploração do tema proposto. Uma pesquisa quantitativa segundo Laville & Dionne (1999, p.

43) por ser positivista, aprecia a existência de números, ou seja, “pretende tomar a medida exata dos fenômenos humanos e do que os explica [...] deve escolher com precisão o que será medido e apenas conservar o que é mensurável de modo preciso”.

Uma vez delimitado o método do presente estudo (predominantemente qualitativo, aberto à necessidade de dados quantitativos), os tipos de pesquisa mais adequados a essas definições caracterizam-se como a pesquisa de caráter exploratório no que se refere à sua finalidade, uma vez que, os estudos exploratórios concedem ao pesquisador ampliar seu conhecimento em torno do problema estabelecido, assim, realizou-se um planejamento por meio de um estudo exploratório, que será utilizado para buscar elementos importantes na obtenção de resultados desejados mediante um contato com a população determinada (TRIVIÑOS, 1987). O mesmo autor afirma ainda que esse tipo de investigação “não exige a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionários etc., tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade característica de um trabalho científico” (TRIVIÑOS, 1987, p. 111). No que se refere ao tipo de pesquisa quanto aos meios (técnicas) utilizados, adotou-se o estudo de caso, uma vez que este pode ser considerado segundo Triviños (1987, p. 133) como sendo “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. Nesse caso, o objeto de estudo em questão é o patrimônio arquitetônico da área central de Foz do Iguaçu, e como tal, foi analisado nos parâmetros apresentados por tais metodologias citadas no estudo. Além disso, foi utilizado também o caráter documental e/ou bibliográfica da pesquisa, visto a necessidade de um embasamento teórico e por a pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias), “permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (TRUJILLO 1974 apud MARCONI E LAKATOS, 1999, p. 73). Já no que se refere à pesquisa documental, também adotada no presente estudo apresentada por Marconi e Lakatos (1999, p. 64), tem como característica, a restrição da coleta de dados aos documentos, escritos ou não, que constituem as fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.”

Ainda tendo como base um método qualitativo, para o presente estudo, foram selecionadas duas populações específicas: a primeira relacionada com agentes pertencente ao cenário turístico, e a segunda, foi realizada com alguns residentes do centro da cidade de Foz do Iguaçu. A partir de informações coletadas para desenvolvimento do histórico de ocupação da localidade, ficou claro que a ocupação efetiva iniciou-se onde hoje situa-se o centro do município, estando aí concentrados alguns dos bens edificados remanescentes desta época.

Assim, esta foi a área delimitada como objeto para o presente estudo, onde também foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas.

A entrevista com a primeira população envolveu pessoas significativas para o cenário da cultura e do turismo em Foz do Iguaçu. E nesse sentido, foram eleitos como atores sociais deste estudo, o Diretor da Fundação Cultural, o Secretário do Turismo e os gestores do turismo (presidente do sindicato dos guias, presidente da ABIH de Foz, presidente do *Convention e Visitors Bureau*).

Com relação à população formada pelos cidadãos de Foz do Iguaçu em geral, foram realizadas entrevistas com dois grupos distintos, sendo o primeiro composto por 05 (cinco) pessoas que apresentaram como principal característica a faixa etária entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos, nascidos ou não no município. O segundo grupo também foi composto por 05 (pessoas) pessoas residentes em Foz do Iguaçu, porém, com faixa etária acima dos 60 (sessenta) anos, por estes acompanharem o desenvolvimento urbano da cidade.

Assim sendo, pode-se dizer que a população desta pesquisa somou 15 (quinze) indivíduos uma vez que Universo/População pode ser considerado “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. (MARCONI E LAKATOS, 1999, P. 43). Vale ressaltar que aos entrevistados foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A), elucidando os objetivos da pesquisa. Termo esse exigido pela comissão de ética, para procedimentos de pesquisas que envolva opiniões de pessoas sobre determinado assunto. Cada entrevistado recebeu uma via deste termo, sendo que uma segunda via foi arquivada pelo pesquisador.

Os dados coletados se caracterizaram por um contato direto do pesquisador com a situação a ser estudada. Rudio (1985, p. 89), argumenta que a fase de coleta de dados tem o objetivo de “obter informações da realidade”, podendo ser realizada por meio de entrevistas, que correspondem às perguntas feitas oralmente, quer a um indivíduo em particular, quer a um grupo, e as respostas destes indivíduos devem ser registradas, pelo próprio entrevistador.

Assim, para a coleta das informações de fonte primária, foi utilizada a entrevista semi-estruturada, conduzida pela pesquisadora aos moradores da cidade e aos agentes sociais do turismo e diretores culturais. As entrevistas, previamente selecionadas caracterizam-se por ser uma técnica que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas, isto é fundamental na pesquisa em Ciências Sociais (RICHARDSON, 1999). Esta entrevista apresentou ainda o caráter de semi-estruturada por permitir ao pesquisador maior liberdade na condução do assunto. Para Triviños (1987, p. 146), a entrevista semi-estruturada, “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para

que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”.

Além desses instrumentos de pesquisa foi utilizada também a observação, a título de comparação entre fotos antigas e recentes das fachadas das edificações da área central da cidade de Foz do Iguaçu, tendo como finalidade, verificar o estado de preservação destas. Por esta fazer parte do caráter exploratório da pesquisa, para Laville & Dionne (1999, p. 176), a observação tem um papel importante na construção de saberes, além disso, como técnica de pesquisa, a observação não pode ser considerada apenas uma contemplação beata e passiva, ou mesmo um olhar atento, mas sim um olhar ativo e sustentado por uma questão e por uma hipótese.

Para coleta das informações, foram necessários recursos tecnológicos que auxiliaram nas etapas de elaboração deste estudo, tais como: gravador para as entrevistas, afim de não procederem a informações falsas dos sujeitos, além de prevenir o comprometimento da literalidade da fala e a espontaneidade e fluidez da entrevista. Além disso, se fez necessário a utilização de uma máquina fotográfica para registrar imagens, e a informática na aquisição de retratos antigos, que auxiliaram no processo de observação do pesquisador.

Dentro dos preceitos de um estudo exploratório, a pesquisa foi dividida em fontes primárias e secundárias. Nas pesquisas qualitativas, os dados primários correspondem às informações coletadas por meio da observação direta e indireta, bem como da entrevista semi-estruturada. Segundo Gil (1996), considera-se como dados primários àqueles obtidos nas entrevistas semi-estruturadas, enquanto os dados secundários correspondem àqueles, contidos em documentos como relatórios, publicações, e outros. Em relação aos dados secundários, estes foram obtidos quantitativamente através de consultas a documentos como anuários, e dados fornecidos pelos IBGE, EMBRATUR e Paraná Turismo. Além disso, a pesquisa em fontes secundárias ocorreu também através de revisão bibliográfica sobre o tema, com o intuito de evidenciar relações já registradas no arcabouço teórico encontrado, além de propiciar novas relações construídas a partir das já existentes. A fim de atingir os objetivos da pesquisa, foram definidas as perguntas para a realização da entrevista semi-estruturada, visando à obtenção dos dados primários (APÊNDICE B), bem como estabelecido um roteiro de investigação de documentos para a captação dos dados secundários.

A partir dos dados obtidos foi possível enriquecer o estudo com uma análise detalhada do material, e a partir daí, tecer discussões sobre diversas questões abordadas neste. Esta fase do processo metodológico caracteriza-se como a fase de compreensão dos dados coletados durante a investigação, e a partir dessa análise, torna-se possível uma confirmação ou não dos

objetivos propostos pela pesquisa, bem como possíveis respostas às indagações formuladas durante todo o processo. Além disso, pode-se contar também com uma ampliação do conhecimento empírico sobre o tema e objeto pesquisado. (MINAYO, 1999).

A mesma fonte informa ainda que em uma abordagem qualitativa, durante todo o processo de elaboração do estudo são realizadas análises. Porém é nessa fase final que os dados serão trabalhados exaustivamente. Todavia, num primeiro momento foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, para suprir o aporte histórico e teórico apresentado neste estudo, ressaltando que foram selecionadas referências, que se julgou mais adequada para o desenvolvimento deste. Juntamente com o referencial bibliográfico foi revisto também todo o aparato documental que contribuiu para o aprofundamento da pesquisa.

Posteriormente à realização dos levantamentos bibliográficos e documentais, e a elaboração do referencial teórico de acordo com as abordagens tratadas no decorrer do estudo, foram auferidas informações mediante observações do objeto de estudo. Essa fase se deu através de comparações de fotos antigas e recentes, traçando um parâmetro entre as etapas de ocupação da cidade, e também da relação entre a forma, a função, a estrutura e o processo dos bens edificados do centro da cidade.

Por fim realizou-se uma análise abrangendo a interpretação dos dados, uma vez que para Minayo (1999, p. 68) “a análise e a interpretação estão contidas no mesmo movimento: o de olhar atentamente para os dados da pesquisa”. Vale destacar ainda que o processo de análise pode ser realizado durante todo o desenvolver do estudo, mas acentua-se na fase final da interpretação dos dados primários coletados.

Assim, no presente estudo realizou-se dois tipos de análises, ou seja, a primeira se concentrou nos três primeiros objetivos específicos, constituindo uma análise descritiva e até interpretativa mediante aporte de referencial teórico para a discussão. Já a segunda etapa fez referência aos demais objetivos específicos, e para tanto, optou-se por uma análise com base no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), de Lefèvre & Lefèvre (2003), ou seja, foram analisados os discursos dos gestores do turismo acerca da preservação dos bens edificados da área central da cidade de Foz do Iguaçu. Já com as pessoas da comunidade, analisou-se através do discurso, o significado e importância atribuídos ao patrimônio pela mesma.

As considerações realizadas sobre a análise do discurso do sujeito coletivo foram baseadas em Lefèvre & Lefèvre (2003), e devem ser necessariamente qualitativas, uma vez que para o autor, “tais pesquisas têm justamente como objetivo a geração ou reconstrução de qualidades, como é o caso do pensamento coletivo”. Ainda segundo o autor:

o sujeito coletivo se expressa, então, através de um discurso emitido no que se poderia chamar de *primeira pessoa (coletiva) do singular* [...]. Trata-se de um *eu* sintático que, ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa uma referência coletiva na medida em que esse *eu* fala pela ou em nome de uma coletividade (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2003, p. 16).

Sendo a análise do sujeito coletivo baseada no discurso auferido em cada entrevista, primou-se que o entrevistado discorresse o mais adequado possível sobre o tema, atentando-se para que as perguntas fossem elaboradas adequadamente, estimulando espontaneidade no discurso do pesquisado, a fim de evitar, embora seja tarefa difícil, discursos tendenciosos e preestabelecidos.

Para uma melhor compreensão do tema desta pesquisa, todos os dados seguiram um procedimento metodológico, sendo assim, o estudo foi dividido em Capítulos. Anterior a estes, no entanto, a introdução discorre um apanhado geral sobre o desenvolvimento do tema do trabalho realizado, bem como a metodologia utilizada. Logo após, no Capítulo I, está evidenciado a questão da cultura, abrangendo em específico o Patrimônio Histórico, num breve apanhado Europa-Brasil-Paraná ressaltando conceitos e discussões acerca do assunto, bem como a importância da preservação e conservação da identidade cultural da sociedade, mediante o tombamento de bens edificados. Dando continuidade ao embasamento do tema, questões ligadas ao Turismo Histórico-Cultural, foram ressaltadas (conceitos, discussões e importância do segmento para o turismo e para a preservação do patrimônio), uma vez que nos dias atuais, segundo as Cartas Patrimoniais (IPHAN, 2000) o turismo pode ser considerado um método importante de preservação histórica do país. Tal ponto promove uma reflexão sobre memória e paisagem urbana, pois o objeto de estudo tem como foco principal as edificações históricas da cidade de Foz do Iguaçu, bem como sua importância para a comunidade local.

O Capítulo II adentra no objeto de estudo, ou seja, apresenta uma contextualização histórico-cultural do município de Foz do Iguaçu, através de um resgate de sua formação geohistórica e cultural, para uma melhor compreensão do processo de formação da sociedade local. Tal resgate tem a pretensão de entender melhor a colonização da cidade e sua atual formação social. Para tanto são analisados os principais influenciadores na ocupação do local, onde se destaca o papel da Colônia Militar, a construção da Itaipu (Usina Hidrelétrica), das pontes que ligam Foz do Iguaçu aos países vizinhos (Argentina e Paraguai), bem como a construção de um aeroporto e da rodovia de acesso à cidade. Todos esses acontecimentos foram decisivos no processo de ocupação do local e ocorrem a partir do século XIX, prolongando-se por todo o século XX.

O Capítulo III apresenta a formação histórica do centro da cidade, e para tanto, realiza-se uma breve caracterização dessa localidade, embasada teoricamente na questão do espaço e sua ocupação urbana. A partir daí, depara-se com um levantamento do patrimônio edificado de relevância para o contexto histórico da localidade e que apresentam significados para a população local, ressaltando que para tanto, delimitou-se a área central da cidade de Foz do Iguaçu, como espaço a ser analisado. Desta forma, aplicou-se as categorias do Método Geográfico defendido por Santos (1997), uma vez que o mesmo discute a formação do espaço mediante suas categorias estabelecidas que envolvem a formas, funções, estruturas e processos das edificações que as constituíram.

Por fim, com base em todo o referencial teórico e histórico dos capítulos anteriores, o Capítulo IV evidencia a análise do discurso dos informantes deste estudo, ou seja, dos gestores municipais do turismo e da população local, acerca do potencial turístico dos bens edificados do centro da cidade, mediante seu significado para a população local. Além disso, apresentou-se uma discussão tendo como base o aparato teórico que evidencia a necessidade de planejamento nas ações administrativas.

Por fim também mediante os discursos dos informantes referentes à população de Foz do Iguaçu verificou-se o significado cultural do patrimônio edificado da área central de Foz do Iguaçu para a população desta localidade e sua participação nos processos de preservação deste patrimônio. Para que a análise se tornasse mais rica, os discursos apresentados pelos três grupos, foram intercalados e comparados para que realmente se chegasse a um consenso sobre a participação da comunidade na preservação do patrimônio arquitetônico da cidade e o significado que este representa. Anjos (2004, p. 07) afirma que a participação da comunidade pertencente ao local é indispensável, uma vez que o planejamento e a gestão dos espaços devem ter como base a participação da sociedade que integra a localidade, embora a mesma necessite incorporar aspectos coordenativos, interativos, integrativos e estratégicos do planejamento.

Tendo como base todo o aporte teórico e também após a análise dos dados colhidos mediante as entrevistas, são apresentadas as considerações do pesquisador sobre o tema proposto e o objeto de estudo escolhido. Novas questões acerca do assunto foram levantadas durante as pesquisas e mencionadas também nestas observações finais. Vale ressaltar que havendo a necessidade de material adicional para uma melhor compreensão do estudo, o mesmo será encontrado disponível nos anexos e apêndices no final deste.

CAPÍTULO I

1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL

1.1.1 Cultura

As raízes da idéia de cultura nasceram a partir do momento em que foi preciso criar e desenvolver uma noção que pudesse qualificar uma característica nova ou uma dimensão até então negligenciada do comportamento humano (GOMES, 1999). Para Laraia (1997, p. 54), essa necessidade surgiu quando “o homem adquiriu, ou melhor, produziu cultura a partir do momento em que seu cérebro, modificado pelo processo evolutivo dos primatas, foi capaz de assim proceder”. Para alguns autores ligados à paleontologia, citados por Laraia (1997), este processo estaria relacionado com a evolução do primata, onde o mesmo passou a ter uma posição ereta, possibilitando maiores estímulos ao cérebro proporcionando o desenvolvimento da inteligência humana e, além disso, passou a ser bípede, possibilitando-o, fazer uso das mãos para transportar objetos e utilizar armas nas caçadas. Segundo o mesmo autor, deve-se levar em consideração explicações da antropologia a respeito do momento em que o primata transforma-se em homem, pois o autor Strauss citado em sua obra (1997, p. 56), “considera que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma”, sendo a primeira destas normas a proibição do incesto. Já para o antropólogo White, também citado por Laraia (1997, p.56), “a passagem do estado animal para o humano ocorreu quando o cérebro do homem foi capaz de gera símbolos”. Assim unindo essas duas vertentes, a biológica e a antropológica, pode-se dizer que a cultura nasce da evolução física do ser humano. Corroborando com tal afirmação, pode-se dizer que “a cultura desenvolveu-se, pois, simultaneamente com o próprio equipamento biológico e é, por isto mesmo, compreendida como uma das características da espécie, ao lado do bipedismo e de um adequado volume cerebral” (LARAIA, 1997, p. 59). Autores como Titiev (1979) afirmam ainda que a cultura pode ser entendida como sendo instrumentos não geneticamente adquiridos pelo homem, bem como todas as atitudes comportamentais adquiridas após o nascimento do ser humano.

Apesar de o processo cultural ter iniciado com a evolução do ser humano, a palavra cultura tem origem mais recente, e provém do verbo latino *colere* (habitar, ocupar a terra). Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e usaram-no para se referir ao

refinamento pessoal, ou seja, educação elaborada de uma pessoa (SANTOS, 1983). Deste radical derivam outras palavras como colono, colonização, todos mantendo em comum essa ligação essencial com a terra (campo). A expressão *cultus* denominava assim, em um primeiro momento, o campo plantado. Esta palavra também era usualmente empregada para significar adoração aos deuses, aos ancestrais ou qualquer ato ou comportamento relativo às cerimônias religiosas ou fúnebres. (GOMES, 1999).

Segundo o mesmo autor, o sentido de cultura como obra, a aparência e o resultado do trabalho humano sobre a natureza, produto material e técnico de uma sociedade sobre um terreno, foi aos poucos ganhando um sentido metafórico. O autor afirma ainda que a passagem deste sentido ocorreu através da educação, como referência a um conjunto de conhecimentos acumulados, onde a palavra passa a ter um sentido figurado de saber. A cultura traduz assim, a condição de alguém que possui instrução, espírito cívico e público. Para Santos (1983) a preocupação atual com cultura está associada tanto às necessidades do conhecimento como também às realidades da dominação política, ou seja, ela faz parte tanto da história do desenvolvimento científico, quanto da história das relações internacionais de poder. A partir de um modo de vida romano pelo qual cotidianamente ele se via confrontando à diversidade de hábitos e de formas de organização social vividos pelos diversos povos submetidos à sua hegemonia é que aparecem as primeiras noções de cultura no seu sentido atual (GOMES, 1999). A idéia de cultura responde desta forma segundo Gomes (1999), a uma imagem idealizada de homem romanizado, vivendo em um mundo onde domina a diversidade de comportamentos e hábitos. Ainda para o autor, a expressão servia simultaneamente para distinguir um modo de vida, representações, valores e comportamentos julgados como representativos da ordem romana, mas servia também como componente fundamental na comparação em relação às práticas e valores diversos deste. A noção de cultura tem por isso raízes profundas na idéia de um mundo ocidental, de união de espaços alinhados sobre iguais valores, na própria idéia de humanidade. No entanto, vale ressaltar que apesar do termo cultura ter seus conceitos definidos mais recentemente, os primeiros sinais definitivos de cultura humana se baseiam nas descobertas de objetos de pedra, denominando assim a primeira fase da cultura humana de paleolítico, ou antiga idade da pedra (TITIEV, 1979).

Segundo Gomes (1999), durante grande parte da idade média, o conhecimento e a elevação do espírito se confundiram com a idéia de revelação divina, assim, culto ou cultura perdem o sentido figurado, constituindo mais as ações relativas à adoração ou ao trabalho estritamente agrícola.

Ainda para o mesmo autor, a partir do século XIII, a palavra cultura ressurge nas línguas latinas, e nessa época a utilização metafórica começa a ganhar espaço, mas seu uso corrente, se faz mais como complemento em locuções como “cultura das artes”, “cultura das letras”, etc.

No final desse mesmo século XVIII e no princípio do século seguinte, segundo Laraia (1997), o termo germânico *Kultur* foi utilizado para simbolizar aspectos espirituais da comunidade, enquanto que a palavra francesa *Civilization* designava realizações materiais desenvolvidas por um povo. Talvez descenda daí a idéia de cultura nacional, que para Santos (1983, p. 72) pode ser entendida como:

o resultado e aspecto de um processo histórico particular; o modo como se dá o processo histórico garante que a cultura nacional assim descrita não seja uma invenção. É uma realidade histórica, resultado de processos seculares de trabalho e produção, de lutas sociais, consequência das formas como a nação se produziu.

Partindo dessas definições, segundo a mesma autora, Edward Tylor resumiu todos os termos na palavra inglesa *Culture*. Na América Latina, no entanto o termo encontra-se associado a uma história de contribuições culturais de diversas origens, e que têm como pólo de integração, os processos dominantes no mundo ocidental no que tange à produção econômica, à organização da sociedade, à estrutura familiar, ao direito e às idéias, concepções e modos de conhecimento (SANTOS, 1983)

A partir desse primeiro conceito de cultura estabelecido por Tylor e utilizado atualmente, muitas outras definições foram sendo desenvolvidas e aprimoradas, e é nesse sentido que a definição de Tylor (apud BURNS, 2002, p. 75) sobre a cultura vista sob a ótica da antropologia tornou-se uma das definições mais citadas, onde “cultura ou civilização (...) é o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, lei moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como um membro da sociedade”. A inferência a ser extraída aqui é que a cultura é observada tanto através das relações sociais quanto de artefatos materiais. Ainda com base na relação entre cultura e conhecimento, Santos (1983, p. 41) diz que:

Essa dimensão é a do conhecimento num sentido ampliado, é todo conhecimento que uma sociedade tem sobre si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre a própria existência. Cultura inclui ainda as maneiras como esse conhecimento é expresso por uma sociedade, como é o caso de sua arte, religião, esporte e jogos, tecnologia, ciência, política.

Ao longo do tempo através de debates, o termo cultura ganhou bastante espaço. Esses debates colocavam diretamente em confronto com a idéia de natureza. Cultura passa assim a

ser concebida como um conjunto de elementos do mundo humano civilizado e, ambivalentemente, pode ser utilizada para falar de um conjunto de práticas, valores e hábitos de uma dada população ou para qualificar atributos relativos à instrução e aos conhecimentos detidos por alguém. (GOMES, 1999).

Já para Sodré (1988, p. 04), sobre o termo cultura entende-se que:

[...] em sentido mais restrito, compreende-se sob o termo de cultura, o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinados. Assim, entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, etc., e as instituições correspondentes.

O conceito de cultura é muitas vezes também redefinido. E nesse sentido, a revista *Géographie et Cultures*, (apud CORRÊA, 1999, p. 52), define cultura:

- como o conjunto de técnicas, atitudes, idéias e valores, apresentando assim componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos;
- transmitido e inventado;
- não sendo constituído pela justaposição de traços independentes mas, ao contrário, seus componentes formam sistemas de relações mais ou menos coerentes;
- não sendo assimilado igualmente pelos membros de uma sociedade;
- vivido individualmente.

Apesar das muitas definições científicas existentes de cultura², apresentadas nas mais variadas áreas da academia, a população que não faz parte desse meio acadêmico ainda tem uma noção do senso comum do termo cultura. Onde para elas, a cultura não está presente no dia-a-dia, mas pode ser apreciada mediante uma qualidade especial do observador. Corroborando com tal afirmação, para Durham (1984, p. 24), ter cultura sob o ponto de vista do senso comum significa “possuir um certo conjunto de conhecimentos ou informações que não são utilizados no dia-a-dia das pessoas comuns e, ao mesmo tempo, ser dotado de uma capacidade especial para apreciar e usar esse patrimônio”. A mesma autora afirma ainda que mesmo no senso comum, a noção de cultura está relacionada, não apenas às obras, mas também a uma capacidade humana de produzi-las e usufruí-las.

Tal ressalva se faz necessária uma vez que a população envolvida na pesquisa deste estudo será composta por pessoas da comunidade e que muitas vezes não farão parte do meio acadêmico, ignorando assim os conceitos científicos do termo cultura, restando para os mesmos o entendimento do senso comum sobre o que para eles venha a ser e compor este conceito.

² Na década de 1970 Abraham Moles conseguiu reunir mais de duzentos conceitos para o termo cultura. (RUSSIO, 1984).

Voltando para as definições e conceituações de cultura e para melhor visualizar o objeto do presente estudo, Barretto (2002) ressalta que os elementos pertencentes à mesma se dividem em dois:

- Elementos que se referem ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer. São os elementos não tangíveis do patrimônio cultural.
- Elementos que reúnem os chamados bens culturais que englobam toda a sorte de coisas, objetos, artefatos, e construções obtidas à partir do meio ambiente e do saber fazer.

Sendo o objeto do presente estudo caracterizado como um bem tangível (patrimônio edificado da área central da cidade de Foz do Iguaçu), segundo a definição de Barreto citada acima, será utilizado um aporte teórico que evidencie esse tema. Porém ressalta-se que todo bem apesar de edificado, certifica-se de esferas ligadas ao conhecimento, ou seja, os elementos não tangíveis. Assim, para um melhor entendimento do estudo, será utilizada uma ligação entre o patrimônio e o significado do mesmo para a população local.

Para Pires (2001), o ser humano durante o seu processo de desenvolvimento enquanto peça importante de uma sociedade absorve naturalmente a cultura na qual se encontra inserido. Ainda para o autor, seria “estranho falar em homens desvinculado de qualquer cultura quanto sugerir a existência de um indivíduo destituído de caracteres próprios” (PIRES, 2001, p. 102). E nesse caso, pode-se considerar então a cultura como responsável por proporcionar a tão decantada identidade cultural. Sendo que para Santos (2001, p. 114), “para que haja uma identidade cultural é de fundamental importância a existência de um patrimônio conhecido, de um memória preservada”.

Assim sendo, ainda segundo os estudos de Pires (2001, p. 102), sobre identidade cultural, pode-se dizer que “é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de um corpo de conhecimentos, seus elementos individualizadores e identificadores; enfim, o conjunto de traços psicológicos, o modo de ser, de sentir e de agir de um grupo, que se reflete nas ações e na cultura material”. Tal fato pode ser evidenciado, uma vez que para Haesbaert (1999, p. 184), “determinados grupos culturais migrantes podem não apenas entrecruzar sua identidade no confronto com outras culturas, mas também levar sua territorialidade consigo, tentando reproduzi-la nas áreas para onde se dirigem”. Essas constantes migrações, no entanto, pode originar um processo de aculturação das comunidades envolvidas no processo.

A preocupação por parte da academia com a perda de identidade das comunidades influenciadas por outras, ou por grupos de pessoas proporcionou uma definição para o termo de aculturação que passou a ser utilizado desde o início do século passado pela antropologia

alemã e angla saxão, mas somente começa a ser amplamente utilizado na década de 1950 pelos antropólogos (LARAIA, 1997). Dentre esses conceitos, Burns (2002, p. 128) diz que “aculturação é o processo pelo qual o empréstimo de um ou de alguns elementos da cultura ocorre como resultado de um contato de qualquer duração entre duas sociedades diferentes”.

E é nesse contexto que ocorrem os processos de aculturação criticados por alguns antropólogos, em estudos realizados na década de 1970 e 1980 principalmente envolvendo a questão do turismo como um importante causador desse impacto. Nessa linha encontra-se Jafari (1990, p. 34), onde segundo ele, “[...] o turismo gera a maioria dos empregos sazonais e não especializados; que ele destrói a natureza e as formações econômicas; que ele mercantiliza as pessoas e suas culturas; que ele rompe a estrutura das sociedades receptoras [...]”.

Ao contrário da primeira preocupação dos antropólogos em demonstrar que o turismo interfere nas culturas locais e no meio ambiente, estudos mais recentes proporcionam uma relativização dessa postura. Para Burns (2002, p. 127), as culturas não permanecem estáticas e estão a mercê de alterações ao longo do tempo. Nesse sentido o autor afirma que a transferência cultural pode ser induzida por dois processos distintos, sendo um interno às vezes desencadeado por invenções devido à evolução da sociedade, ou mesmo por necessidades advindas do capitalismo, e um externo advindo de mudanças econômicas, políticas, ambientais e culturais externas. Nesse sentido, corroborando com o proposto pelo autor acima, Laraia (1997, p. 100) diz que “existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro”. Ainda nessa linha de pensamento, Titiev (1979, p. 176), afirma que “[...] mesmo se um grupo vive num isolamento total do resto da humanidade, a pressão das forças internas da cultura acaba por ocasionar mutações”. Ainda para a mesma autora, os seres humanos não vivem num mundo puramente de elementos físicos, mas também com seus valores simbólicos, e esses também passíveis de transformações.

O processo de aculturação juntamente com todos os impactos – sejam eles negativos ou positivos – é que evidenciam a necessidade da preservação da memória individual, e principalmente coletiva de uma sociedade. Pois segundo Russio (1984, p.62) “[...] é fundamental a existência de um patrimônio conhecido, de uma memória preservada para que se possa definir uma identidade cultural, que a identidade cultural é sobretudo um fato cultural e político [...]”. A memória assim, é a responsável pela salvaguarda da identidade de uma

sociedade, ou seja, pela proteção realizada sobre o aspecto fisiológico de cada pessoa³, ou (mais apropriado ao presente estudo), mediante processos legais de preservação da memória coletiva. A memória pode ser considerada um fator importante e decisivo para o grau de desenvolvimento que as sociedades encontram-se nos tempos atuais, mas também essencial para a manutenção da cultura diferenciada de cada comunidade. E com base nessa importância da memória para o resguardo da identidade, a seguir será discutido brevemente quando e porque o uso da memória tornou-se necessária para a preservação dos usos e costumes das sociedades ao longo dos tempos.

1.1.2 Memória

Na Antigüidade, segundo Le Goff (1996), os monumentos tinham duas funções principais: ou eram considerados uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura, ou um monumento funerário para perpetuar a memória de uma pessoa. O segundo se deve ao fato de a morte ser o principal foco de domínio da memória podendo assim, ser considerada fator importante na preservação da cultura de uma sociedade, uma vez que, “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, p. 423).

A mesma fonte informa que, a cultura pode se dividir em antes e depois da escrita, não que ela seja diversa, mas sim diferente, pois a partir de então ocorre uma transformação na memória coletiva, onde começa-se a conservar e arquivar tudo o que faz parte da história de alguma civilização, com a certeza que em forma de arquivos, essa cultura não se perderá no tempo e no espaço.

A escrita surge no Egito e Mesopotâmia a partir da necessidade de perpetuar as inscrições e lembranças da civilização que acumulavam-se ao longo do tempo, surge então a civilização Epigrafada (escrita). A partir de então e com a expansão das cidades, constituem-se os arquivos urbanos que faziam parte dos cuidados municipais. A fotografia é um outro marco na evolução da memória, pois dá uma precisão e uma verdade, mesmo que apenas

³ Memória – “As facilitações entre neurônios constituem, como sabemos, a memória, ou seja, a representação de todas as influências que experimentou a partir do mundo externo. Agora, percebemos que o próprio ego também catexiza os neurônios e suscita passagens [de quantidade] que também devem deixar traços na forma de facilitações” (Freud, 1895/1969 apud BASTOS 1999, p. 07).

visual, permitindo guardá-la no tempo, e o mais importante, de uma forma cronologicamente visual (LE GOFF, 1996).

Le Goff (1996), afirma ainda que a conservação da memória passou a ser essencial no desenvolvimento das sociedades, onde as classes sociais estarão sempre lutando pelo poder, pela vida e pela sobrevivência, tendo em mente e como referência o passado tanto da sociedade em geral, quanto da própria família. Além disso, a exaltação da memória coletiva também exerce papel importante nas sociedades, pois a busca pelo passado (em escritos, imagens gestos, relatos, festas, etc.), estimula na população, o medo em perder sua história e consequentemente seu referencial, ou seja, sua identidade.

A memória por sua vez não é somente responsável pela construção material do lugar, ma vez que está ligada também às relação sociais da população com o local que habitam e por conseqüência com os bens edificados nela situados. Assim, pode-se dizer que:

[...] a memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como fenômenos vividos e significativos [...] a memória é social, tanto quanto individual: as relações sociais da memória [são] a memória das relações sociais, e são poderosamente importantes na constituição da identidade do lugar (COSGROVE, 1999, p. 23).

No que tange ao patrimônio histórico edificado, a memória pode ser considerado um substrato que visa condensar o mesmo, ou seja,

[...] uma das características mais importantes da identidade territorial, correspondendo ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade, é que ela recorre à uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais. A (re)construção imaginária da identidade envolve portanto uma escolha, entre múltiplos eventos e lugares do passado, daqueles capazes de fazer sentido na atualidade. Nesta perspectiva, a memória é solicitada e reestruturada sem cessar (MEMMI, 1997, p. 101 apud HAESBAERT 1999, p. 180).

Uma das funções da memória seria salvar o passado, para entender o presente e planejar o futuro. Segundo as idéias de Le Goff (1996), a memória social será tão mais significativa quanto maior a representatividade do que foi vivido pelos diversos segmentos sociais, e quanto maior for a mobilidade do mundo afetivo dos indivíduos, suscitando sua lembranças particulares. Corroborando tal questão, Camargo (2002, p.30) diz que:

o valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribui a memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar o seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento.

A memória pode ser considerada assim, partindo dos princípios acima citados, como sendo um elemento que constitui a identidade de uma comunidade, seja essa identidade individual ou coletiva. O fato é que segundo Freire & Pereira (2002), a memória é um elemento fundamental para se conhecer e valorizar uma pessoa ou mesmo uma comunidade, proporcionando-as uma elevação da auto-estima. Ainda segundo Russio citado pela mesma autora (2002, p. 125) define-se memória como sendo:

[...] uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, ‘coletiva, como sugeriu Maurice Halbwachs. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Como primeiro passo para preservação da identidade de uma comunidade, ou seja, de sua história, tem-se a utilização da memória. E nesse sentido pode-se dizer que memória e história têm uma relação intrínseca onde segundo Frank (apud FREIRE; PEREIRA, 2002, p. 127):

A história e a memória se apoderam do passado, uma para analisá-lo, decodificá-lo, desmistificá-lo, torna-lo inteligível ao presente; a outra, ao contrário, para sacralizá-lo, dar-lhe uma coerência mítica em relação a esse mesmo presente, a fim de ajudar o indivíduo ou o grupo a viver ou a sobreviver. Crítica, a história tem por objetivo a pesquisa da verdade; clínica ou totêmica, a função da memória é a construção ou a reconstrução de uma identidade.

A memória pode ser considerada assim, a primeira forma de preservação não somente da história individual, mas também e principalmente, da história coletiva. Além disso, a preservação da memória pode constituir a identidade de uma sociedade ao longo dos tempos, atribuindo à esta um acervo cultural e histórico próprio.

1.1.3 Patrimônio

A definição de Patrimônio é ampla por possuir vários significados, porém o mais comum é dizer que Patrimônio se caracteriza pelo “conjunto de bens que uma pessoa ou mesmo uma entidade possuem” (BARRETTO, 2002, p. 09).

Ainda sobre o ponto de vista da autora, o patrimônio pode ser classificado por duas grandes divisões: Natureza e Cultura. Patrimônio Natural são as riquezas que estão no solo e

no subsolo, tanto as florestas quanto as jazidas. Quanto ao Patrimônio Cultural, esse conceito vem sendo ampliado à medida que se revisa o conceito de cultura.

Esses dois elementos – natureza e cultura – também compõem o que alguns autores, principalmente da área da arquitetura, chamam de paisagem. Nesse sentido, para um melhor entendimento da importância da paisagem para a própria identificação do meio pelas pessoas que o habitam, pode-se considerá-la como sendo:

o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão [...] A paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” (SANTOS apud YÁZIGI, 2001, p. 35).

O conceito de paisagem pode dividir-se ainda em dois segmentos principais, o natural e o urbano, sendo que segundo Petroni e Kenigsberg *apud* Boullón (1990, p. 99), a paisagem natural corresponde ao “conjunto de caracteres físicos visibles de un lugar que no han sido modificados por el hombre”. Já a paisagem urbana segundo os mesmos autores caracteriza-se pelo “conjunto de elementos plásticos naturales y artificiales que componen la ciudad: colinas, rios, edificios, calles, plazas, árboles, focos de luz, anuncios, semáforos, etc.”.

A paisagem é fator importante para a cultura, pois por si só pode se caracterizar como um fator de identidade cultural. No caso do objeto de estudo do presente trabalho, a paisagem urbana pode ser considerada base do patrimônio edificado e da própria cultura, uma vez que:

alguns elementos de paisagens traziam a marca das técnicas características de determinados grupos: forma das construções, tipo de cobertura, sebes ou muros [...]. A análise da paisagem foi renovada pelas perspectivas recentes. O que nos envolve não é mais visto somente como uma realidade objetiva. É o papel que desempenha nos processos culturais e aos valores que aí se lêem que os pesquisadores se atêm, de agora em diante. A paisagem desempenha um papel na aquisição, por cada um, de conhecimentos, de atitudes e de reflexos dos quais temos necessidade para viver: ela constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar; ela fala da sociedade na qual se vive, e das relações que as pessoas aí se estabelecem com a natureza; este cenário está carregado de lembranças históricas cuja significação é apreendida pouco a pouco. A paisagem é, assim, uma das matrizes da cultura (CLAVAL, 1999, p. 92).

Nesse sentido, o legado cultural de uma comunidade pode ser dividido segundo Lemos (1987), em três categorias maiores de elementos. A primeira incluiria os elementos pertencentes à natureza (meio ambiente). O segundo grupo faria referência ao conhecimento (técnicas de saber e saber fazer), e por último e de maior importância para o estudo, encontrar-se-iam os elementos relacionados aos bens culturais em si e que abrangem os objetos, artefatos e construções realizadas a partir do meio ambiente, através do saber fazer. Para o mesmo autor, as mudanças nos usos e costumes de uma sociedade, exigem também alterações nos bens, principalmente os de durabilidade prolongada, uma vez que esses

artefatos têm um tempo de uso que pode variar. Nesse sentido, a cidade, também pode ser considerada um artefato por possuir uma capacidade de se renovar em si mesmo.

Todos esses componentes da paisagem formam o patrimônio de uma sociedade. Patrimônio esse que durante muito tempo utilizou-se do termo monumento como sinônimo. Hoje esse termo caiu em desuso, principalmente por ao mesmo tempo restringir os bens patrimoniais a edifícios arquitetônicos, e em contrapartida promover um sentido amplo do que venha a ser realmente passível de preservação.

Durante toda a Antiguidade e a Idade Média, os monumentos eram entendidos como sendo uma “obra criada pela mão do homem e edificada com o objetivo preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência de gerações futuras a lembrança de uma ação ou de um destino” (FONSECA, 1997, p. 50). A mesma fonte informa ainda que esses monumentos tinham como função, abrigar as comemorações celebrativas, e assim, classificam-se segundo Rielg (apud FONSECA, 1997) como sendo monumentos “intencionais”.

Camargo (2002) diz que é preciso estabelecer que além dos monumentos intencionais existem também os históricos. Segundo a mesma fonte, a palavra monumento é de origem latina e sua raiz quer dizer momento ou lembrança. Assim no sentido comum da palavra, Camargo afirma que monumento “são edificações, ou construções que pretendem perpetuar a memória de um fato, de uma pessoa, de um povo”. Esses monumentos eram destinados a cultos e segundo Choay (2001, p. 23), “os monumentos, dos quais se tornou necessário dizer que são ‘comemorativos’, seguem, levados pelo hábito, uma carreira formal e insignificante”. Já o monumento histórico segundo a mesma autora é uma inspiração ocidental, e remete a uma relação de significados entre o bem e a comunidade mantenedora desse. E assim “o monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração” (CHOAY, 2001, p. 26).

Quase quatrocentos anos se passaram entre a criação dos monumentos históricos e o reconhecimento das cidades históricas como um todo, passíveis de preservação. Segundo Choay (2001), vários foram os fatores que contribuíram para o atraso do reconhecimento do espaço urbano numa ótica histórica, entre esses fatores destaca-se a vivência de uma história até certo ponto pessoal, porém alheio ao espaço habitado. Outros fatores relevantes segundo a mesma fonte são a ausência de cadastros e documentos cartográficos que expressassem confiança, e arquivos que vislumbassem o modo de produção e transformação do espaço ao longo do tempo. Assim Choay (2001, p. 179), resume o fato que motivou a transição da preservação do monumento histórico para a da cidade histórica no seguinte trecho: “A

conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial: perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares”. E a partir dessa nova perspectiva surge uma nova disciplina, a qual se dará o nome de urbanismo. Porém, a criação das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações práticas não deve ser confundida com o nascimento do patrimônio urbano histórico e sua proteção, pois para Choay (2001, p. 179):

Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual.

O urbanismo promove assim uma inter-relação entre o espaço urbano, e os bens edificados. E essa relação proporcionou uma análise mais crítica e uma melhor distinção do que venha a ser um patrimônio passível de preservação. Porém não basta apenas que um bem exista para que seja merecida sua preservação, o patrimônio é constituído além do bem material em si, também do sentido que este tem para a comunidade local. E assim, é a partir do significado atribuído a esses bens (tangíveis ou intangíveis) que os mesmos deixam de ser apenas artefatos e passam a compor o patrimônio cultural de uma sociedade. Corroborando com tal afirmação, Russio (1984, p. 74) diz que:

na medida em que atribuímos valores, nos criamos bens, transformamos as coisas, os objetos e os artefatos em bens, e os bens constituem o patrimônio – o patrimônio é suscetível de ser adquirido, de ser transmitido. Portanto, é condição necessária do patrimônio que ele seja preservado.

Ao longo dos tempos o conceito do que era ou não patrimônio foi mudando, ou seja, até a metade deste século somente faziam parte desta definição a arquitetura, a escultura (obras monumentais), e a pintura (obras artísticas). Atualmente, esta concepção é mais ampla estando inclusos não somente os bens tangíveis (arquitetura, escultura, pintura e manifestações artísticas), como também os intangíveis (tudo o que faz o ser humano) (BARRETTO 2002).

Uma vez sendo o Patrimônio cultural o principal referencial deste estudo, deixar-se-á questões que envolvam o Patrimônio Natural isentas de menção, e quando referir-se somente à palavra Patrimônio, entenda-se Patrimônio cultural.

Com a intenção de um maior, e melhor entendimento sobre a questão da preservação no Brasil, no item a seguir tratar-se-á evolução dos conceitos de patrimônio, e da evolução dos procedimentos preservacionistas do patrimônio cultural, tendo como início a Revolução

Francesa, chegando à situação atual de preservação no Brasil, incluindo em especial a cidade de Foz do Iguaçu nesse contexto.

1.1.3.1 Da Preservação no Mundo para o Brasil

O termo patrimônio abrange hoje não somente os monumentos, mas também todo bem material, além das representações imateriais. Sendo assim, o conceito clássico de que patrimônio pode ser considerado segundo Camargo (2002, p. 95), “bens culturais ou monumentos de excepcional valor histórico e artístico nacional (identidade homogênea e unitária)”, sofreu alterações ao longo da história, chegando aos dias atuais com uma definição mais abrangente e também implícita. O mesmo autor afirma que:

patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos. Os símbolos precisam ser desconstruídos e interpretados para apreendemos o seu significado. Nesse sentido são igualmente significativos os bens nacionais já consagrados, tanto quanto os regionais ou locais (CAMARGO, 2002, p. 95).

Para Barretto (2002), nos dias atuais, a palavra patrimônio pode assumir sentidos diversos. Originalmente esteve relacionada à herança familiar, mais diretamente aos bens materiais. Segundo Camargo (2002), no século XVIII, durante a Revolução Francesa, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, e assim, o uso da palavra patrimônio estendeu-se para os bens advindos da monarquia e clero para o estado novo francês, protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação.

Assim, o processo de preservação inicia-se com um modelo conduzido como política do estado francês, e que somente irá se tornar uma base para modelos de preservação no mundo todo, e na própria França, mais precisamente 60 anos após a queda da Bastilha. Nessa época com a criação do Estado Nacional, passa-se a considerar os bens retirados da coroa, do clero e dos emigrados, como sendo “Bens Nacionais” (CAMARGO, 2002). O mesmo autor diz ainda que uma figura importante para conter ondas de vandalismos⁴ contra o patrimônio francês, foi Henri Grégoire, responsável pelo envio de relatórios para a Convenção Nacional. Esses relatórios pareciam campanhas de preservação do patrimônio nacional, sendo assim, para Fonseca (1999, p. 51) as noções do que venham a ser monumento, patrimônio e o ato de

⁴ “À destruição dos vestígios do passado irão se contrapor práticas que também nascerão da Revolução, articuladas à preservação dos bens – sistematizadas posteriormente – que constituem o que denominamos patrimônio”. “[...] embates entre ideologias distintas podem produzir a necessidade de fazer desaparecer monumentos que simbolizam os opositores a que se quer combater” (CAMARGO, 2002, p. 13)

preservar foram formulados, ou seja, “começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a idéia de estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte”.

A criação de patrimônios nacionais segundo Barretto (2002) intensificou-se durante o século XIX servindo para criar referências comuns a todos que habitavam um mesmo território, e unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de costumes nacionais, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. A mesma fonte informa ainda que o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política. Nesse último sentido, a palavra patrimônio indica uma escolha oficial que significa algo construído para ser uma representação do passado histórico e cultural de uma sociedade (Barreto, 2002).

Hoje, entende-se que, além de servirem para conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que estabelecem o sentido de grupo e compõe identidade coletiva, além de refletir a valorização que a sociedade dá ao passado.

A preocupação com a preservação no Brasil, principalmente por parte dos chefes do estado é relativamente nova, no entanto, deve-se lembrar o pioneirismo do Conde de Galveias, em meados do século XVIII⁵” (LEMOS 1987, p. 34), que segundo o autor, não proporcionou maiores providências, uma vez que o Brasil havia passado por um processo de Independência antecedido por uma longa fase de dominação colonial portuguesa, e como sempre ocorre no Brasil em todo alcance da liberdade, a primeira coisa que se fez foi destruir os símbolos de opressão estabelecidos pela Coroa Portuguesa.

⁵ “[...] aquele nobre português, em 5 de abril de 1742, escrevia ao governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, uma carta lamentando demais o projeto que transformou o Palácio das Duas Torres, construído pelo Conde de Nassau, em quartel de tropas locais, pois, segundo ele, seria imprescindível a manutenção da integridade daquela obra holandesa, verdadeiro troféu de guerra a orgulhar o nosso povo, e com as adaptações previstas estaria arruinada ‘uma memória que mundanamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania’ [...] Dizia, ainda que aquelas obras holandesas ‘são livros que falam, sem que seja necessário lê-los’” (LEMOS 1987, p. 34-35).

Nessa época houve um silêncio por parte do governo, e principalmente dos imperadores. Essa situação não mudou muito com a instalação da República nova. Segundo Lemos (1987, p. 35):

o quadro de abandono geral e a proteção de bens culturais arquitetônicos não passava pela cabeça de nenhum governante. Somente um ou outro particular, algum colecionador ou intelectual afeito às coisas históricas é que lembrava e solicitava que fossem defendidos os nossos monumentos arquitetônicos [...].

Algumas propostas de preservação foram surgindo a partir de então – vale ressaltar que ocorreram após a elaboração em 1931 da Carta de Atenas⁶ – mais especificadamente a partir da década de 1920 juntamente com o modernismo⁷, a preparação do primeiro projeto de lei destinado a garantir a integridade do patrimônio, elaborado pelo deputado Luiz Cedro em 1923, denominado Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, e que tinha como principal objetivo, “conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional” (LEMOS, 1987, p. 37). Finalmente em 1933, segundo Camargo (2002), o país reconhece a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional. O processo se dá através de uma medida oficial em forma de Decreto, e assim, Ouro Preto se tornou a primeira cidade a ser preservada no Brasil, porém esse ato não se caracterizou como uma preservação de “toda” a cidade possuidora de características especiais na esfera urbanística, mas sim como uma intenção de se proteger construções cada uma por si, e por coincidência acabaram estendendo-se por toda a cidade (LEMOS, 1987). O mesmo autor informa ainda que apesar desses ensaios, somente em 1936 é que realmente o país ganha um projeto mais específico, de autoria do escritor Mário de Andrade vindo a tornar-se lei mediante algumas adaptações em 1937. Em seu texto inicial, entretanto, Mário de Andrade definia Patrimônio Artístico Nacional como sendo “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes ao poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil” (LEMOS, 1987, p.38). Essas idéias foram adotadas pelo Estado, através do então criado SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional), destinado à proteção de obras de arte e da história do país (FONSECA,

⁶ A Carta de Atenas foi resultado de uma conferência que assistiu à exposição dos princípios gerais e das doutrinas concernentes à proteção dos monumentos, e “contribuiu para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu principalmente em documentos nacionais, na atividade do ICOM (*International Council of Museums*) e da UNESCO e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais”. (CURY, 2000, p. 91).

⁷ “[...] movimento em que um grupo de intelectuais brasileiros “voltaram, simultaneamente, para a criação de uma nova linguagem estética – no sentido de ruptura com o passado – e para a construção de uma tradição – no sentido de buscar sua continuidade” (FONSECA, 1997, p. 98).

1997), que na época manteve seu campo de obrigações de preservação restrito ao interesse público. A partir do projeto de Mário de Andrade, e a criação do SPHAN, foi elaborado o Decreto-Lei nº 25 (de 30.11.1937 – ANEXO A), que visava organizar a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Com o intuito de alcançar tal objetivo, ficou estabelecido como patrimônio histórico e artístico nacional, “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 2005).

Segundo Fonseca (1997), o projeto de Mário de Andrade pode ser considerado inovador e a concepção dele a respeito de patrimônio, avançada para seu tempo, e apesar de não ter evidenciado explicitamente a importância das cidades como bens culturais em sua integridade, Mário não esqueceu dos problemas de urbanização. Alguns pontos do projeto antecipam preceitos da Carta de Veneza de 1964⁸, carta essa que segundo Lemos (1987, p. 45), pode ter despertado em meados da década de 1970, a necessidade de se preservar “bens culturais vistos em conjunto dentro de centros urbanos [...] trazendo consigo a expressão ‘Patrimônio Ambiental Urbano’”. Nesse sentido, apesar de a preservação dos bens edificados isolados serem importantes para a identidade local, a visão protetora de um conjunto todo tem uma amplitude maior, promovendo segundo Lemos (1987, p. 47) interpretações de caráter social através de todas as indagações possíveis atinentes à antropologia cultural, à história, à política, à economia, à geomorfologia, à arquitetura etc. Nessa ótica, fica claro que, a preservação não deve se ater a um bem isolado, mas sim às relações mantidas entre eles.

Segundo Cury, (2000), foi também na década de 1970 que ocorreram os primeiros compromissos brasileiros com a preservação nacional. O primeiro ocorreu em Brasília no ano de 1970 promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, e contou com a participação de governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, bem como presidentes e representantes de instituições culturais, e tinha como principal objetivo um estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do

⁸ A carta de Veneza é uma Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, e foi resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos dos Monumentos Históricos e estabeleceu as seguintes definições:

“Art. 1º A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Art. 2º A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental” (CURY, 2000, p. 92).

patrimônio histórico e artístico nacional. O segundo encontro aconteceu um ano depois (1971) em Salvador, e também reuniu governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil. Outros encontros, cartas e declarações foram realizados ao longo dos anos, encontros esses como a Convenção de Paris em 1972, e as Cartas de Petrópolis e do Rio, todos estes com o mesmo intuito de elaborar e disseminar políticas de preservação do patrimônio mundial (CURY, 2000).

A idéia de criar um movimento internacional para proteger os sítios em outros países surgiu depois da Primeira Guerra Mundial. E assim a Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural nasceu da associação de dois movimentos separados: o primeiro, que dava ênfase ao perigo que corriam os sítios culturais, e outro que se ocupava da conservação da natureza. Essas convenções originaram a UNESCO – *United Nation Educational Scientific and Cultural Organization* (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas), que é hoje a principal instituição mundial de preservação do patrimônio tanto natural como cultural (UNESCO, 2005).

A UNESCO elabora e promove a aplicação de instrumentos normativos no âmbito cultural, além de desenvolver atividades para a salvaguarda do patrimônio cultural, a proteção e o estímulo da diversidade cultural e o fomento do pluralismo e o diálogo entre as culturas e civilizações.

No Brasil, a UNESCO tem atuado em cooperação com as autoridades nacionais na área do Patrimônio Cultural, no programa Monumenta⁹, no apoio à preservação do Patrimônio da Humanidade que se encontra no Brasil, e na salvaguarda do rico patrimônio imaterial brasileiro. Também colabora constantemente com o Brasil em atividades de formação, na elaboração de políticas culturais, nas áreas do artesanato, das produções e do turismo cultural, entre outras.

Dentre as principais atividades do escritório da UNESCO no Brasil, destaca-se a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, à qual o Brasil aderiu em setembro de 1977. A UNESCO desenvolve atividades para a proteção e conservação do patrimônio natural e cultural brasileiro, incluindo-se aí os sítios declarados por ela "Patrimônio da Humanidade". Esses patrimônios somam 17, divididos entre os naturais e culturais.

⁹ O programa Monumenta é realizado pelo Ministério da Cultura, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em parceria com a UNESCO. O Programa é executado com recursos de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da União, Estados e Municípios. Sua finalidade é revitalizar, de maneira sustentada, os principais conjuntos patrimoniais urbanos do país. (Disponível em: http://www.unesco.org.br/areas/cultura/ptangivel/monumenta/mostra_documento. Acesso em maio de 2006)

Já no estado do Paraná, cabe ao Escritório Técnico do IPHAN¹⁰ (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) criado em 1984, realizar trabalhos de levantamento, estudos, pesquisas e obras de restauração e conservação nos monumentos tombados a nível federal, além de prestar assessoria e consultoria técnica nas áreas de arquitetura e histórico-museológica. (IPHAN, 2003). A mesma fonte informa ainda que, em 1990 o escritório foi transformado em 10ª Coordenação Regional e hoje atua como 10ª Superintendência Regional, tendo sobre sua jurisdição, 12 edifícios tombados em vários municípios, duas coleções museológicas e ainda o centro histórico da Lapa. Porém mesmo anteriormente à instalação do IPHAN, o governo do estado sancionou a Lei nº. 1211 de 1953 (ANEXO B), que dispõe sobre o patrimônio artístico e natural do Paraná. Segundo essa Lei:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no estado do Paraná e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu valor arqueológico, bibliográfico, etnográfico, ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotadas pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Apesar de toda a importância discutida até agora a respeito da preservação do Patrimônio (material e imaterial) para a preservação da memória da sociedade, a cidade de Foz do Iguaçu encontra-se alheia às essas discussões, visto que segundo levantamentos para este estudo, não há programas e cobrança da população para que as edificações sejam preservadas. E embora a cidade possua um bem natural tombado em 1986 pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, e apresente uma Lei de preservação não somente dos bens naturais, mas também estendendo-se aos culturais, o município não dispõe de projetos efetivos de preservação desses bens materiais. A cidade não possui um museu para acolher o acervo cedido pela população à Fundação Cultural (departamento pertencente à Prefeitura Municipal destinada a ações voltadas para a cultura). A Lei 1500 data de 1990 (ANEXO C), e dispõe sobre a preservação do Patrimônio Natural e Cultural do Município de Foz do Iguaçu e dá outras providências, classificando como patrimônio de Foz do Iguaçu em seu Artigo 2º “[...] o conjunto dos bens imóveis e móveis existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documentos, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paisagístico, turístico”.

¹⁰ IPHAN é a designação utilizada atualmente para o órgão responsável pela preservação do patrimônio nacional, mas que refere-se ao antigo SPHAN, criando em 1937 pela Lei nº 378 no governo de Getúlio Vargas. Hoje o IPHAN encontra-se vinculado ao Ministério da Cultura. (IPHAN, 2005).

Um outro fator a se destacar, seria o potencial turístico dispensado pela ausência dessa preocupação com a preservação do patrimônio da cidade, uma vez que a mesma encontra no turismo, uma de suas principais atividades econômicas. Contudo, a cidade encontra-se em fase inicial desse processo de reconhecimento do significado do patrimônio e dos processos de preservação dos mesmos. A questão dos significados do patrimônio para a população será abordada mais profundamente, através de uma análise de entrevistas realizadas com a mesma.

1.1.4 Patrimônio Cultural e Preservação

O estabelecimento do patrimônio cultural depende muito das visões que cada sociedade tem ao longo da histórica, do que é, por que e para quem preservar os bens materiais e imateriais, e nesse sentido, o significado a estes atribuídos também se alteram dependendo das circunstâncias às quais estejam inseridos no momento (RODRIGUES, 2003). Assim, para a mesma autora, a preservação é resultado de acordos entre os setores sociais que abarcam os cidadãos e o poder público da localidade.

Atualmente segundo Rodrigues (2003), entende-se que os bens materiais vão além de servir como conhecimento do passado, pois podem ser considerados relatos de experiências cotidianas, seja ela coletiva ou individual, e ainda admite ao ser humano uma capacidade de percepção do espaço por ele habitado favorecendo um sentimento de grupo que compõe a identidade coletiva. A mesma fonte acredita ainda que “preservar o patrimônio cultural – objetos, documentos escritos, imagens, traçados urbanos, áreas naturais, paisagens ou edificações – é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria” (RODRIGUES, 2003, p.17).

Apesar dessa evidente preocupação com a preservação do patrimônio cultural acentuada a partir da década de 1970, e evidenciando a preservação como um dos principais fatores desencadeadores do estabelecimento de uma identidade local, em Foz do Iguaçu o que se percebe é uma atenção voltada mais para a questão natural. Tal fato evidencia-se uma vez que já em 1916 a área do Parque Nacional foi desapropriada e tornada bem público. Posteriormente em 1939, a área de proteção foi ampliada e adotou-se a definição de Parque Nacional. Seguindo com a preocupação de proteção ambiental em 1986 o parque foi tombado pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade (RETRATOS, 1997). Porém não se atentou até o presente momento, que o Parque é uma das partes do contexto histórico do

município, sendo as edificações do centro, uma outra parte dessa história, que juntas formam a identidade da sociedade iguaçuense.

O ser humano é resultado do meio em que vive, e da cultura que desenvolve, ou seja, a acumulação do conhecimento e da experiência adquirida através das gerações garante a afirmação de uma identidade cultural local. Porém vale ressaltar que esse patrimônio cultural não é uma ação isolada de alguns membros, mas o resultado do cotidiano de toda uma comunidade (LARAIA, 1997).

Contudo, o patrimônio cultural de uma sociedade não se compõe apenas dos bens materiais produzidos pela mesma, mas também e principalmente pelos significados que esse bem carrega consigo ao longo da história. Corroborando com tal afirmação, pode se dizer que:

o patrimônio cultural de uma comunidade não está representado apenas pelos bens materiais. Tudo o que tem valor significativo, que é susceptível de ser adquirido e transmitido, forma o conjunto de bens culturais que devem ser preservados por representarem referenciais importantes para a coletividade (SANTOS, 2001, p. 111).

O patrimônio de cada sociedade é diferenciado entre si, uma vez que o significado dispensado ao bem material ou imaterial¹¹ não é igual para todas as comunidades, ou seja, tudo depende dos usos, costumes e mesmo de questões físicas, ou ainda, do contexto ao qual esta sociedade encontra-se inserida. Ainda sobre essa questão de significados do patrimônio, Durham, (1984, p. 30), diz que “devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade”.

E é nesse sentido que Lemos (1987), afirma que o patrimônio pode representar apenas uma classe social, e assim a cultura do local pode sofrer permanentes alterações, principalmente devido à falta de critérios e interesses em uma preservação mais séria e abrangente. O comum ainda segundo o autor, era preservar utensílios exclusivos, de preferência de uma classe dominante, esquecendo-se assim da importância de resguardar os objetos, e também os usos e costumes do dia-a-dia das pessoas. Assim, pode-se dizer que “esses bens diferenciados preservados sempre podem levar a uma visão distorcida da memória coletiva, pois justamente por serem excepcionais não têm representatividade” (LEMOS, 1987, p.21).

¹¹ O Patrimônio cultural material “é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. [...] não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo. A essa porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial” (UNESCO, 2005).

Atenta-se, no entanto, que o processo de preservação somente tomou realmente forma principalmente nos países das Américas, a partir das Normas de Quito, estabelecida em uma reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1967 (CURY, 2000). A mesma fonte informa ainda que essa reunião foi resultado da preocupação com o estado de abandono e falta de defesa em que se encontravam as riquezas monumentais e artísticas da maioria dos países americanos. Foi também a partir das Normas de Quito que se estabeleceu o processo de revitalização – termo esse utilizado pelos arquitetos como “valorização”¹² – dos bens protegidos, a fim de atribuir a estes uma nova função social integrando-os novamente à comunidade. Ainda sobre essa convenção, Lemos, (1987, p. 87), diz que houve muita preocupação com as relações entre o turismo e as edificações patrimoniais, e nesse contexto, uma das considerações da Norma afirmava que “todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Corresponde ao Estado fazer que a mesma prevaleça e determinar, nos vários casos, a medida em que a dita função social é compatível com a propriedade privada e o interesse dos particulares”.

A preservação a nível mundial é instituída Segundo Cury (2000), a partir da Convenção de Paris em 1972, realizada pela UNESCO, e tendo como tema principal, a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural. A ameaça de destruição dos bens a nível mundial, estabeleceu uma definição de patrimônio cultural e natural, para fins de conservação. A conceituação estabelecida no Art. 1º classifica como patrimônio cultural:

os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (CURY, 2000).

¹² “Valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento” (CURY, 2000).

A convenção tratou ainda de definir para fins de preservação, o que se caracterizaria como patrimônio natural¹³. A partir dessas conceituações, estabelece-se os procedimentos de proteção nacional e proteção internacional desses patrimônios tanto cultural como natural. E assim, em seu Art. 4º ficou definido que:

Cada um dos Estados-partes na presente convenção reconhece que a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural mencionado nos artigos 1º e 2º, situado em seu território, incumbelhe primordialmente. Procurará tudo fazer para esse fim, utilizando ao máximo seus recursos disponíveis e, quando for o caso, mediante a assistência e a cooperação internacional de que se possa beneficiar, notadamente nos aspectos financeiros, artístico, científico e técnico (CURY, 2000).

A partir dessa convenção a defesa do patrimônio cultural adquiriu também uma vertente ideológica, cabendo-lhe a responsabilidade de dar forma às abstrações como a nacionalidade e a identidade, consideradas reflexos da cultura de uma sociedade. E nesse sentido Arantes (1984), diz que o problema não é apenas preservar ou não um bem, mas sim, determinar o que é passível desse processo e principalmente, como e para quem fazê-lo. A respeito de o que se deve preservar, Durham (1984, p. 38) diz que “[...] há bens que estão mais carregados de significações e que podem ser reapropriados e reutilizados com mais facilidade. [...] é preservado aquilo cujo significado político é mais interessante”.

E com o intuito de facilitar o que pode ser preservado e como esse processo deve ser realizado, se faz necessário uma definição mais completa do que venha a ser o ato de preservar. Nesse sentido, Lemos (1987, p. 29) diz que:

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. Essa justificativa do “por que preservar”.

¹³ “Artigo 2º - Para os fins da presente convenção serão considerados como patrimônio natural:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético e científico;
- os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação, ou da beleza natural” (CURY, 2000).

A preservação além de expressar a identidade cultural de uma sociedade, tem também seu valor estritamente teórico, uma vez que servem de base para estudos das mais variadas áreas da ciência. Além disso, deve-se fazer alusão também à importância para a atividade turística. Nesse caso,

a preservação dessas visuais cênicas são de suma importância, porque, antes de tudo, nos revelam, nas relações espaciais, até intenções plásticas nem sempre compromissadas com a estética oficial das ordenações; nos revelam soluções de uma arquitetura às vezes uniforme e decorrente de uma mesma técnica construtiva, e outras vezes diversificada, como no ecletismo, interessando, então, aos estetas, aos estudiosos de questões arquitetônicas ou de engenharia, aos antropólogos, aos sociólogos e aos turistas (LEMOS, 1987, p. 61).

Segundo Lemos (1987), há um jogo de interesses por parte dos políticos e das classes dominantes sobre o que deve ou não ser preservado, além disso, a especulação imobiliária é outro fator que atrapalha os processos preservacionistas, uma vez que o imóvel perde seu valor comercial após seu registro como bem patrimonial. Sobre tal questão, Russio (1984, p. 61), corrobora dizendo que:

temos feito uma exploração que me parece um pouco superficial da questão patrimônio, colocando simplesmente que o patrimônio é um conjunto de bens, e o patrimônio cultural é um conjunto de bens culturais, esquecendo que eles são bens na medida em que o homem atribuiu a eles significados. E a atribuição de significados é um dado estritamente cultural.

Ainda para a autora, o processo de escolha dos bens a serem inseridos nas leis de preservação depende de interesses que envolvem as classes dominantes da sociedade, assim:

[...] pode-se preservar simplesmente por saudosismo, pode-se preservar em função de interesses de uma classe a que você pertence ou até dos referenciais da classe a que você pertence. Essa atribuição de significados é uma atribuição que está muito condicionada ao fato de que você está numa sociedade de classes do atual momento” RUSSIO 1984, p. 66).

Uma coisa que deve ser pensado quando se fala em preservação segundo Arantes (1984), é que tal ato deve ser entendido como um trabalho passível de mudanças e seleção, além de propiciar reconstruções e destruições do passado, sendo que essas intervenções são realizadas no presente e assim, acompanham os cenários do presente. Nessa base, o mesmo autor afirma que seja no “esquecimento ou na lembrança, em cada uma das diversas estratégias de restauro, ou na destruição, reencontra-se sempre o passado interpretado, produzido para constituir o espaço ou, melhor dizendo, o ambiente em que se desenrola a vida de hoje” (ARANTES 1984, p. 09).

Com relação aos edifícios antigos com valor cultural, segundo Arantes (1984), existem três possibilidades de intervenção. Uma possui uma forma mais técnica e menos cultural de

recuperar características originais dos bens históricos. A segunda maneira de intervir no patrimônio incorporando um valor cultural ao edifício antigo, seria através do sentimento (lembranças), que inspiram o mesmo, auferindo-lhe um bom motivo para sua preservação e restauração. Uma última possibilidade de intervenção, e que segundo o mesmo autor é a mais freqüente é a destruição do edifício, salvo casos onde o Estado já reconheceu seu valor cultural adotando medidas legais de preservação para com eles.

Esse processo se torna difícil já que a preservação de todo e qualquer bem depende de interesses políticos das classes dominantes, que variam dependendo da região. Para Lemos (1987), esse processo seria diferente se a comunidade tivesse um melhor esclarecimento sobre a importância da preservação do patrimônio, além disso, a preservação esbarra nos problemas de direito de propriedade, Nesses casos, os institutos de tombamento ficam atrelados ao direito de propriedade e ao esquecimento do valor social do bem cultural protegido. E assim, o mesmo autor afirma que a preservação do patrimônio urbano depende de providências relacionadas com o planejamento e implantação do projeto de recuperação dos núcleos históricos, considerando sempre o interesse social, já que se está intervindo na vida de seus moradores. Nesse caso, “os planos de recuperação e valorização devem ser acompanhados de programas anexos de educação cívica” (LEMOS, 1987, p. 90).

Apesar da observação da existência de um patrimônio edificado em Foz do Iguaçu que merece uma política de preservação, não se percebe por parte da administração, que eles entendam a importância de resgatar a história e o significado destas construções para a atividade turística. Os prédios estão deteriorando e quando restaurados não há uma preocupação para manter seu estilo original. Além disso, não há planos que envolvam a questão da preservação cultural, ou ainda um projeto de tombamento das edificações.

Vale ressaltar que o tombamento pode não ser a melhor forma de preservação, mas na atual situação de destruição dos bens culturais, seria a solução para resguardar a história da cidade, pensando futuramente na revitalização destes para sua utilização pela atividade turística. Esse procedimento de revitalização é hoje um dos mais eficientes processos que visam à salvaguarda de uma edificação, pois tem o papel de utilizar novamente o espaço para o convívio da sociedade. Atualmente é usual e confere status freqüentar lugares revitalizados, como é o caso do centro histórico de São Luiz no Maranhão, onde bares, restaurantes, museus, casas de eventos que abrigavam outras funções, agora estão destinadas ao uso público, além disso, esse maior contato da população com os bens arquitetônicos, pode despertar na comunidade um maior sentimento de preservação de sua história. Há, no entanto, a necessidade de que a sociedade em si participe desse processo juntamente com o poder

público, pois excluí-la desse processo seria ignorar o significado que o bem auferia para esta, e também excluí-la da criação de uma identidade local.

Ainda referente à questão dos critérios de preservação envolvendo os interesses das classes, Lynch (1981), cita que todos os objetos podem ser considerados históricos uma vez que já existiram anteriormente, ou seja, todos o que estiveram relacionados com alguns acontecimentos e pessoas podem ter um significado histórico. Para o autor (1981, p. 245), “temos que escolher o que devemos manter. Os critérios têm sido políticos, qualidades estéticas, ou na sobrevivência do bem que se pretende preservar”. Porém um dos principais problemas referentes à preservação na atualidade são as motivações pelas quais tais bens venham a ser ou não tombado não respeitando necessariamente a propriedade e nem o proprietário da mesma. E assim, “em contraste com a sua função política original, a preservação histórica é agora fomentada pelas classes mais poderosas e por motivos econômicos” (LYNCH, 1981, p. 245).

Como primeira norma a ser considerada no ato da preservação, deve-se “manter o bem cultural, especialmente o edifício, em uso constante e sempre que possível satisfazendo a programas originais” (LEMOS, 1987, p. 69). Mas esse é um processo não muito seguido nos dias atuais, uma vez que na maioria das vezes os edifícios são residências e com as intervenções essas pessoas são alijadas dessas áreas, e assim inicia-se uma lenta e progressiva substituição da população local por pessoas de grande poder aquisitivo que tem como manter as exigências impostas pelas leis de preservação.

Lynch (1981) também evidencia críticas ao movimento de preservação histórica em alguns aspectos uma vez que pode proporcionar o desalojamento das pessoas que vivem nas áreas a restaurar, ou mesmo por poder transmitir uma perspectiva falsa da história. Um outro aspecto estaria relacionado aos valores nos quais se baseiam os critérios de preservação por serem estreitos e especializados, ou ainda e por último, por a preservação em grande escala prejudicar a adequação a novas funções e impedir a adaptação futura.

E assim Lemos (1987, p. 109) afirma mais uma vez que “a base correta de ‘como preservar’ está na elucidação popular, na educação sistemática que difunda entre toda a população, dirigentes e dirigidos, o interesse maior que há na salvaguarda de bens culturais”.

Mediante a falta de conhecimento da grande maioria da sociedade a nível nacional, mas referindo-se em específico ao objeto de estudo (Foz do Iguaçu), sobre questões que envolvam o patrimônio cultural e a importância de mantê-los na sociedade, verifica-se que ainda hoje as leis de tombamento são as mais utilizadas e as que garantem com maior eficácia a preservação do patrimônio nacional. Vale ressaltar que em Foz do Iguaçu não há projetos de

preservação das edificações históricas e para tanto, questões que referenciem o ato do tombamento serão tratados no item a seguir.

1.1.4.1 Tombamento

A UNESCO percebendo os problemas de depreciações nos patrimônios, ou seja, ameaças de destruições causadas tanto pela deterioração natural como por questões e fenômenos sociais – dentre estes estariam os problemas causados pelo turismo – encontrou na implantação do tombamento a medida para amenizar o problema. Assim, o bem é registrado num livro chamado “Tombo” que garante que a preservação dele e de tudo o que esteja ao seu redor num raio de trezentos metros, onde seus aspectos externos não poderão ser demolidos ou modificados (BARRETTO, 2002).

A palavra tombamento segundo a mesma autora, tem origem portuguesa e significa fazer um registro do patrimônio de alguém em livros específicos num órgão de Estado que cumpre tal função. Ou seja, utiliza-se a palavra no sentido de registrar algo que é de valor para uma comunidade protegendo-o por meio de legislação específica.

O conceito de tombamento é muito diversificado, assim para Fernando Sales (apud TELLES 1977), “tombar é inventariar bens de raiz com todas as demarcações. É preservar, é defender algo de interesse público”. Essa pode ser considerada uma definição simplista, já que para Pires (2001, p. 05), a preservação pode ser vista como um ato de “intervenção legal no bem histórico”. Assim sendo, tombamento pode ser entendido como sinônimo de preservação, por este ser um instrumento legal para a salvaguarda de bens histórico-cultuais. Nesse caso o que a princípio, for julgado como de real importância a ponto de justificar sua permanência para a posteridade recebe proteção legal, integrando o inventário dos bens que, originalmente, consistia no livro do tombo.

No Brasil, segundo Fonseca (1997), o tombamento surgiu como uma realidade para o compromisso entre o direito individual do cidadão à propriedade e a necessidade de defesa do interesse público quanto à preservação de valores culturais. A mesma fonte informa ainda que essa medida se tornou possível uma vez que a Constituição de 1934 impôs limites ao direito de propriedade, definindo-lhe o conceito de função social. Nessa época, a prioridade de tombamento era auferida aos remanescentes da arte colonial brasileira, e aos bens de arquitetura religiosa, que constituem hoje a grande maioria dos bens tombados. As solicitações dos pedidos de tombamento apoiavam-se no Decreto-Lei nº 25 e já tinham como argumento o potencial turístico do bem, e seu valor afetivo para a comunidade. Fonseca

(1997) diz ainda que no início das atividades do SPHAN, o tombamento era concedido ao patrimônio dependendo se o mesmo apresentasse um número expressivo de bens excepcionais nele concentrado, ao invés de serem analisados o conjunto enquanto objeto de interesse de proteção por parte da sociedade. Porém, a justificativa de Rodrigo de Andrade em 1970 propiciou que a conservação de um sítio urbano ocorresse desde que este apresentasse um diferencial e possuísse representatividade na vida e organização social de uma comunidade, em determinada fase de seu desenvolvimento (FONSECA, 1997).

Atualmente segundo Barretto (2002), o tombamento é um ato administrativo e pode ser realizado pela União, através do Iphan, pelo governo Estadual, através da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), ou pelas administrações municipais que dispuserem de leis específicas com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O tombamento também pode ocorrer em escala mundial, reconhecendo algo como Patrimônio da Humanidade, o que é feito pelo *International Concil on Monuments and Sites/UNESCO* (ICOMOS/UNESCO).

O tombamento é um meio legal de garantir a proteção dos bens patrimoniais, e essas técnicas e legislações de salvaguarda dos “modos” de preservação, segundo Arantes (1984) interferem no significado do bem preservado e no sentido que a eles se atribui (objetos, edifícios, lugares, espaços), porque lhes dá uma dinâmica particular.

Lemos (1987) questiona a necessidade de preservação, associando tal dúvida a outros questionamentos que envolvem: o que se deve preservar e a que interesses devem se ater às intervenções preservadoras. Assim sendo, Lemos (1987) ainda diz que, os alvos de prioridade seriam os bens materiais e todos os outros intangíveis ligados ao conhecimento humano. Para tanto, a preservação deveria ser uma obrigação para a população, pois assim se estariam garantindo a identidade cultural da sociedade.

Para Barretto (2002), a proteção do patrimônio ambiental urbano (patrimônio arquitetônico) está diferentemente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação da memória, dos referenciais culturais, é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra a ser atendida pelo serviço público. Portanto, o tombamento visa preservar referenciais, marcas e marcos da vida de uma sociedade e de cada uma de suas dimensões interativas.

Hoje segundo a definição do IPHAN (2005) o tombamento pode ser considerado como sendo:

um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

Nesse sentido, o tombamento não tem por objetivo “congelar” a cidade ou outro bem. Tombar não significa apenas cristalizar ou perpetuar edifícios ou áreas, sem considerar toda e qualquer obra que venha contribuir para a melhoria da vida na cidade, ao contrário, visa resguardar e garantir direitos e interesses do conjunto da sociedade através não somente da preservação, mas também da revitalização dos edifícios, bairros e cidades inteiras. (BARRETTO, 2002)

O bem depois de tombado, fica a encargo do atual proprietário, permanecendo com este também a responsabilidade da continuidade da manutenção do edifício por gerações futuras, pois, “conservamos as coisas antigas, não pelo seu valor próprio, nem numa tentativa quixotesca de parar a mudança, mas para melhor transmitir um sentido de história” (LYNCH, 1981, p. 247).

A partir da instituição da legislação de preservação sobre um edifício, ele não poderá mais ser demolido, e qualquer que seja a intervenção que se deseja ou necessita fazer, deverá ser analisada e autorizada pelas instituições competentes. Porém ao contrário do que a maioria da população acredita, o tombamento oficial não é sinônimo de desapropriação, continuando sobre posse e usufruto de seu proprietário. A única diferença é que este passa a ser responsável pela integridade do imóvel (LEMOS, 1987). Segundo a mesma fonte, esse processo pode se complicar quando:

[...] tudo isso incide sobre um imóvel em zona valorizada da cidade, a coisa se complica muito porque o seu proprietário se sente prejudicado [...] Todo imóvel com restrições drásticas nada vale [...] porque o mercado não está conscientizado das vantagens que podem resultar daquela atribuição” (LEMOS, 1987, p. 85).

Para o mesmo autor, decorre daí o fato de a grande maioria dos processos de tombamento recair sobre os bens do estado, ou seja, edifícios administrativos e de uso público, e das áreas destinadas ao lazer da comunidade local, como: praças, jardins botânicos, e reservas florestais etc., uma vez que esses bens não são alvos de reclamações da população, e as repartições encarregadas de guardar o Patrimônio transparecem a imagem de bastante operativas, principalmente em fins de governo (LEMOS, 1987).

Para alguns autores, mora aí a ineficiência da legislação de tombamento. Autores esses como Arantes (1984) que criticam tal processo, afirmando que o mesmo é um instrumento arcaico de preservação. O autor afirma ainda que:

o tombamento é instrumento relacionado a conceitos de uma sociedade com critérios de valoração relacionados com uma elite, um conceito elitista de preservação. De certa forma, em nossa prática cotidiana, encontramos dificuldades de aplicar a instituição do tombamento em obras arquitetônicas ou em objetos não relacionados com esses valores de elite. Acho que o perigo do tombamento até está no fato de se sacralizar a memória, com todos os problemas decorrentes desse processo de sacralização (ARANTES 1984, p. 91).

A mesma fonte informa ainda que o interesse em manter preservadas as edificações históricas, bem como a paisagem urbana e também os recursos naturais, provém certamente do desejo e da necessidade em se garantir os laços de continuidade das sociedades com o seu passado. E nessa proposição, Russio (1984, p. 75), diz que “bem ou mal, ainda que o tombamento não possa exaurir todas as medidas necessárias para uma preservação efetiva, ele é ainda um instrumento de preservação”, apesar de o tombamento proteger o bem, mas não o seu sentido, seu significado na história e a sua relação com a comunidade. E para Arantes (1984), a preservação deve se preocupar em primeiro lugar em enfatizar as relações entre o sujeito (pessoa) e o objeto (patrimônio) afim de não assumir um caráter de correção. Essa relação não se encontra deferida por um instrumento legal, como o tombamento, mas poderia estar contemplada por políticas que permitissem ações mais eficazes do que apenas as intervenções legais (ARANTES, 1984).

Apesar de todos os problemas advindos com o processo do tombamento, é possível afirmar que este “[...] não é um instrumento suficiente, mas um instrumento necessário; ele deve ter toda uma complementaridade que pode ser concebida em instrumentos legais, mas que não seja visto apenas em termos de instrumentos legais” (ARANTES 1984, p. 94).

E assim, confirmando o que já foi exposto anteriormente, Barretto (2002), diz que alguns atos de Tombamento podem acarretar problemas, já que os terrenos e imóveis perdem seu valor comercial, e não raro são abandonados pelos proprietários que sem retorno de capital, não conseguem manter as restaurações exigidas pela UNESCO. Segundo a mesma autora, uma saída encontrada foi a utilização dos bens para comercialização, principalmente do Turismo, instalando-se museus, casas de memórias, ou sítios culturais, além disso, houve um grau de interesse por parte de empresas privadas (criticadas pelos intelectuais e oficiais) que visavam transformar esses patrimônios em produtos comercializáveis, já que até então não se mantinham por serem de pouca utilidade social e não oferecer nenhum retorno financeiro.

O tombamento, em sociedades onde não há uma conscientização sobre a importância da preservação histórica local, é uma medida extrema, porém necessária para garantir a integridade da história e da cultura da sociedade. No caso de Foz do Iguaçu, o tombamento se

faz necessário, já que, como visto anteriormente, não estão ocorrendo procedimentos que vislumbrem a preservação do patrimônio edificado da cidade e conseqüentemente sua utilização para a atividade turística. Sendo assim, o tombamento como medida legal de proteção ao patrimônio histórico pode garantir a sobrevivência das edificações, neste primeiro momento de falta de conscientização da população iguaçuense.

Algumas edificações foram pré-selecionadas visando o seu aproveitamento para o turismo cultural como é o caso da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, da Casa Paroquial, da Catedral São João Batista, da Biblioteca Municipal, da Paraná Turismo, do 34º Batalhão da Infantaria Motorizada, do Gresfi, da ex sede da Biblioteca de Turismo Frederico Engel, da ex sede da Igreja Espírita, da Escola Bartolomeu Mitre e do Bar Armazém. Estes são as edificações escolhidas para análise do presente estudo, sem no entanto menosprezar ou desmerecer outras edificações que se encontrem na área central da cidade, e sem ainda diminuir seu significado para a história local.

Sobre a utilização desse acervo patrimonial para o turismo, serão abordados no item a seguir conceitos e definições sobre o segmento do turismo cultural, bem como a apropriação por parte deste, dos bens materiais, visto sua importância para a atividade.

1.1.5 Turismo Cultural

Já em suas primeiras obras Hunziker e Krapf (apud BENI, 2001, p. 87), estabeleceram a premissa de que “sem cultura não há turismo”. O hábito de viajar é antigo, e o conceito desse termo vem mudando ao longo do tempo, como para Camargo (2002, p. 15) que afirma que Turismo “é a modalidade dos deslocamentos e retornos ao domicílio original, das viagens de lazer, do tempo de não trabalho”. Porém o turismo como forma de lazer entendido nos dias atuais, pode ser considerado fruto da Revolução Industrial. E assim, são características dessa sociedade o lazer e o turismo, bem como a preservação do patrimônio cultural. Tal fato decorre da adoção da “divisão do tempo social de trabalho ou o lazer combina-se com as pressões sociais e a necessidade de evasão” (CAMARGO, 2002, p. 16). Corroborando ainda com tal assunto, Rodrigues (2003, p. 15) afirma que a atividade turística é “produto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, que incluem o consumo de bens culturais”.

Anteriormente a essa fase capitalista, no entanto, foi o Grand Tour aristocrático que ofereceu sedimentos à atividade turística no século XVII. Essas viagens eram realizadas a fim

de reforçar a aprendizagem pedagógica mediante viagens, onde os filhos de aristocratas aprendiam línguas e costumes de outros povos, compravam obras de arte e visitavam monumentos antigos. Segundo Camargo (2002), essas viagens eram realizadas pelos jovens, sempre na companhia de inúmeras outras pessoas (principalmente um preceptor), e criados. O fluxo de viajantes demandava serviços para chegar às cidades destino, e posteriormente a permanência dos jovens nessas localidades demandam serviços de transportes, alimentação, hospedagem entre outros. E se o turismo visto nos moldes atuais ainda não podia ser visualizado como um fenômeno sistêmico em si, é possível notar que houve uma distinção entre as esferas públicas e privadas que ofereciam esses serviços.

Porém nem ainda nesse período do Grand Tour, nem no próximo, essas viagens são consideradas atividade turística. Somente a partir do século XIII com o início da Revolução Industrial, e com a maioria dos roteiros do grand tour já conhecido pelos britânicos, estes começam a se utilizarem do lazer doméstico ou privado por meio de muitas práticas e conhecem efetivamente espaços públicos das quais o turismo se apropria e que nessa época são construídos pelo turismo¹⁴ (CAMARGO, 2002). O mesmo autor diz ainda que já na segunda metade do século XVIII a situação começa a mudar, e começa-se a considerar as temporadas, a sazonalidade, e os atrativos específicos em certas épocas do ano. Mas os deslocamentos são seguidos por servidores e os equipamentos comerciais são poucos e precários, não se caracterizando ainda como atividade turística. Algo que ocorrerá com o romantismo e as demolições do século XIX, quando começa a se apreciar o que se tornará passível de desaparecimento, ou seja, o patrimônio.

O Século XIX pode ser considerado assim um período de expansão e consolidação para o turismo e para o patrimônio cultural, sendo que para Camargo (2002), o primeiro passa a ser considerado um fenômeno, e o segundo, depara-se com um grande crescimento e começa a atrair números cada vez maiores de turistas. O desenvolvimento dos transportes e da comunicação, juntamente com o da infra-estrutura de alimentação e hospedagem, contribuíram para o deslanche do fenômeno turístico. Além desse, um outro fator relevante, é a passagem dos serviços privados para os públicos, no sentido de oferta regular de serviços comerciais em espaços não domésticos (CAMARGO, 2002). Assim, a partir da Revolução Industrial e do desenvolvimento da infra-estrutura (que não é consequência do turismo, mas

¹⁴ “[...] práticas sociais recreativas, capazes de animar o tédio dos prolongados tratamentos ou das ‘estações de cura’ intercalando banhos e ingestão de águas com passeios, jogos, bailes, exposições etc.” (CAMARGO, 2002, p. 43).

sim o turismo se apossou desta para impulsionar a atividade), no século XX o turismo se consolidou efetivamente como atividade econômica.

Assim, algumas motivações ao ato de preservação, ou seja, a restauração arquitetônica correta, a investigação arqueológica e por fim, a promoção turística, incentivaram a preservação à medida que o prazer pelos locais históricos se generalizava. Na atualidade, o ato de preservação tornou-se tão difundido e respeitado, que “áreas urbanas completas são preservadas ou restauradas de acordo com o seu estado inicial, não só para os turistas, mas em consideração aos seus residentes permanentes” (LYNCH, 1981, p. 245).

Para Naisbitt (1999, p. 115), o turismo é hoje uma das maiores atividades econômicas do mundo e vive num paradoxo, onde o principal deles para o presente estudo diz que “quanto maior e mais competitivo se torna o turismo, mais autênticas para os turistas tornaremos as nossas culturas”. E é nesse contexto que o turismo cultural pode ser considerado um dos principais segmentos da atividade turística, uma vez que para o mesmo autor, “quanto mais nos expomos a outras culturas, outros idiomas e outras paisagens, maior o nosso desejo de experimentá-los pessoalmente” (NAISBITT, 1999, p. 115).

O aumento pela busca de cultura, segundo Barretto (2002) gera também uma procura maior pelo turismo histórico, artístico e cultural. Um dado importante sobre a aproximação entre a atividade turística e o patrimônio aconteceu a partir de 1964, quando o Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos, promoveu um encontro no Equador, do qual resultou um documento assinado pelos países participantes, inclusive o Brasil, ou seja, as Normas de Quito anteriormente mencionada. Nela se recomendava que os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas. Ela ainda recomendava a cooperação dos interesses privados e o respaldo da opinião pública para o desenvolvimento desses projetos (BARRETTO, 2002).

Foi, portanto a partir das Normas de Quito que o patrimônio arquitetônico pôde estabelecer uma geração de divisas para ser preservado, a fim de oferecer vantagens, principalmente mediante o turismo, uma vez que para participantes da reunião, as edificações de interesse cultural podem compor recursos econômicos igualando-se às riquezas materiais dos países. E sendo assim as medidas destinadas à sua preservação e utilização devem constar nos planos de desenvolvimento dos estados (LEMOS 1987). A mesma fonte informa ainda que descende desse encontro o interesse em projetos de revitalização e intervenções nos imóveis, para que pudessem ser utilizados em condições objetivas sem que fossem

desvirtuadas suas características primeiras, proporcionando assim um melhor aproveitamento do mesmo.

Porém, apesar de terem sido tomadas algumas providências no Brasil mediante as decisões que chegaram os estados no encontro de Quito, foi apenas a partir dos Compromissos de Brasília e, mais específico após o Compromisso de Salvador que as questões de turismo e patrimônio receberam maiores atenções. Esse compromisso foi resultado do II Encontro de Governadores e preconizava:

a atividade conjunta do Poder Público, autoridades eclesiásticas e organizações responsáveis pelo desenvolvimento do surto turístico no País para a ativação da indústria do turismo, tendo como escopo principal a preservação e valorização dos monumentos culturais e dos locais dotados pela natureza (TELLES, 1977, p. 41).

Nessa mesma época no Brasil, o governo instituiu o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), ambos voltados para a coordenação das atividades de turismo, e para as necessidades do desenvolvimento econômico e cultural. O Sistema Nacional de Turismo foi instituído em 1967 e tratava de fomentar uma atividade econômica que atendia ao desenvolvimento social. (BARRETTO, 2002).

Segundo Beni (2001), países que como o Brasil passaram por processos intensos de colonização que proporcionaram uma mistura de etnias (índios, africanos e europeus), promovendo assim um razoável perfil de miscigenação, tendem a apresentar problemas quanto à pesquisa cultural e sua aplicação à atividade turística, uma vez que ainda estão em busca de uma identidade não somente cultural mas também social. Fato que provavelmente acontecerá após a consolidação dos usos e costumes dos mesmos, ou ainda quando a cultura de uma etnia se sobressair às demais, criando uma identidade única nacional.

Com toda essa evolução tanto da atividade turística como da preservação, o turismo cultural que segundo Gastal (2000, p. 34) era até pouco tempo atrás considerado apenas “uma segmentação pelas quais os teóricos e estatísticos procuram qualificar as diferentes motivações nos deslocamentos das pessoas”, hoje pode ser definido como:

não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos. Além do valor cultural específico, do ponto de vista do turismo cultural, esses bens materiais possuem outro valor, o de serem objetos indispensáveis, cujo consumo constitui a base de sustentação da própria atividade (RODRIGUES, 2003, p. 15).

Assim sendo, o turismo cultural é hoje um dos segmentos da atividade que movimenta um grande número de turistas em todo o mundo. Silberberg postula turismo cultural como sendo as “visitas de pessoas de fora da comunidade receptora motivados completamente ou

em parte por interesses na oferta histórica, artística, científica ou no estilo de vida, tradições da comunidade, religião, grupo ou instituição” (1995, p. 361).

Existem vários fatores que levam uma pessoa a viajar, dentre eles podemos destacar os atrativos culturais e naturais, pois “quem viaja não quer fazer apenas uma coisa, porém várias, quantas lhe propiciem o tempo disponível e as facilidades. Tanto mais isso é verdade quanto mais o mundo de hoje valoriza o lazer” (PIRES, 2001, p. 66).

Tudo indica mediante tal contexto e mediante também os interesses econômicos, que hoje se preserva para atender as exigências da crescente demanda turística. “O turismo nasceu em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, e hoje, cada vez mais, vai exigindo a criação de mais cenários, de mais exotismos, provando quadros artificiais, inclusive” (LEMOS, 1987, p. 30).

O turismo cultural desde que bem planejado e apresentando políticas culturais eficientes através de sua singularidade pode estimular a preservação (recuperação e valorização) dos patrimônios edificados, além disso, podem “gerar rendimentos econômicos para pequenas e médias cidades se as mesmas tiverem um projeto de valorização e aproveitamento daquele potencial” (SANTOS, 2001, p. 112). Pois segundo a mesma fonte, o turismo baseia-se na procura pelo conhecimento do patrimônio em todos os seus âmbitos de preservação.

A valorização turística do patrimônio possibilita a manipulação de um universo simbólico de considerável importância para o reforço do civismo. A propaganda dos monumentos históricos, juntamente com as festas típicas e as belezas naturais, pode promover aos olhos do mundo, um país com grande potencialidade turística.

Porém com todos os benefícios que o turismo cultural possa proporcionar, para Barretto (2002), é ilusório acreditar que ele seja um segmento fora da massificação do mercado, ou seja, nem sempre o interesse das pessoas que viajam, diz respeito à sua formação cultural. Mas os que partem do princípio da busca cultural, procuram interagir com o meio sem tentar modificá-lo ou adaptá-lo à sua realidade, diferente dos turistas de massa e dos turistas que visam apenas prazer. Assim, os que buscam aprimorar seus conhecimentos a cerca de outras culturas, causam um menor impacto nas sociedades receptoras por onde passam. Além disso, eles levam para suas residências lembranças dos momentos vividos e não algo para decorar suas casas (BARRETTO, 2002).

Ainda para a autora, o turismo modifica os povos e as culturas onde se infiltra causando desajustes econômicos estruturais e principalmente culturais (civilizações inteiras perderam sua identidade – raízes). Porém o turismo age também de forma contrária, ou seja,

positivamente, onde tem papel fundamental na preservação cultural da população. A preocupação maior é quando há uma transformação do bem cultural em bem para consumo dos visitantes, em especial com as revitalizações (restaurações de fachadas originais), e com reutilizações dos imóveis para outros fins (valorização imobiliária). O que ocorre nesse último processo, é a expulsão de pessoas que moravam ou tinham algum vínculo com o local, para lugares muitas vezes longe do seu trabalho ou de seus afazeres. Além disso, parte da vida e da cultura dessas pessoas estava nesses locais, e drasticamente tiveram que mudar e readaptar-se a outra cultura e realidade. Assim, é difícil que as pessoas preservem o que para elas foi o motivo da mudança em sua vida, mudança esta, muitas vezes para pior. Uma saída para o problema seria o engajamento dessas pessoas nos projetos de revitalização, além de proporcionar-lhes condições digna de vida e fornecer-lhes informações e conscientizações sobre a importância do legado cultural para eles e para a própria cidade e, conseqüentemente a necessidade de sua preservação. Além disso, o resgate, a recuperação e a revitalização dos bens e da memória, levarão a um maior conhecimento e a uma maior valorização do patrimônio por parte dos próprios moradores, evitando assim, atos de vandalismo contra os mesmos, já que estão cientes da sua importância para seu próprio contexto dentro da sociedade como cidadãos. A partir dessas medidas, a população pode se conscientizar da real importância da revitalização de um bem, uma vez que “preservar e conservar o patrimônio é uma forma de se preservar e conservar também a memória e a identidade de um povo, face à globalização da economia (que leva a uma padronização de gostos, atitudes valores, etc.), e deixa os lugares turísticos sem ‘vida’ e ‘cor’” (Barreto, 2002).

A adoção de medidas adequadas de preservação e utilização dos bens para a atividade turística, adotando-se uma atuação técnica, que envolvam todos, desde órgãos públicos, até a comunidade local, pode gerar uma ação com retornos benéficos não somente para as áreas que circundam o bem material, mas para toda a sociedade, uma vez que as intervenções legais programadas, principalmente as que visam beneficiar a atividade turística, podem instigar o comércio paralelo, repercutindo na economia local.

Assim fica evidente essa relação de cumplicidade entre a preservação do patrimônio e a atividade turística, não ficando explícito qual dos dois mais se beneficia pela existência do outro. E é sobre essa importância de inter-relação entre as duas partes que se tratará o item a seguir.

1.1.5.1 Importância do Patrimônio Histórico Cultural para o Turismo

Mediante todo o referencial até o momento exposto, fica evidente que ambos, tanto a atividade turística como a preservação do patrimônio cultural, se beneficiam um com a existência do outro. Sobre essa relação, Santos (2001, p. 115) afirma que:

[...] se não bastasse a fundamentação do referencial cultural, importantíssimo na construção da identidade do ser humano e conseqüentemente de sua auto-valorização como agente construtor da história, preservar pode gerar dividendos. Para comprovar a afirmação, está aí o turismo, uma das mais significativas atividades econômicas do nosso tempo.

É impossível nos dias atuais, desconsiderar a cultura como sendo uma das mais importantes motivações das viagens turísticas, uma vez que a instituição da preservação dos bens patrimoniais colaborou na constituição de muitos destinos turísticos no decorrer da história. Corroborando com tal afirmação, Ritchie e Zins citados por Ruschmann (2002), dizem que os principais elementos culturais que motivam os turistas a visitar determinadas regiões são: a gastronomia, as tradições, a história, a arquitetura e as atividades de lazer.

A salvaguarda dos valores culturais pertencentes às heranças da humanidade através da atividade turística, na verdade estão conscientizando a comunidades, sobretudo sobre os valores históricos e culturais, ou ainda, criando ou reforçando o sentimento de identidade local. Sobre tal questão, Beni (2001, p. 88) afirma que:

Ao salvar os valores culturais que pertencem à herança da humanidade, o que na realidade os países geradores de turismo estão salvando é, sobretudo, seus próprios valores culturais quando ajudam outros países. Ocorre também que os valores que o turismo atribui à evidência do passado cultural – que se converteu em algo estranho – fazem que os cidadãos do país receptor se conscientizem da continuidade histórica e cultural, o que pode contribuir para um maior destaque de sua cultura atual.

E assim, se por um lado o patrimônio foi um forte motivador para o desenvolvimento da atividade turística, por outro, o turismo pode ser considerado responsável pela preservação desses bens culturais, já que segundo Kother (2001, p. 106), “embora reconhecida a importância do legado cultural para os estudos no renascimento, os edifícios não tinham um sentido sociocultural que levasse a sua restauração, preservação e conservação”.

Muitos dos bens culturais hoje preservados foram salvos da destruição muito mais por conta da atividade turística do que pelo valor que lhes era atribuído pela população local (BENI, 2001). Além disso, a mesma fonte informa ainda que algumas cidades têm como principal fonte de renda a atividade turística, residindo aí a preocupação em garantir o turismo cultural através da preservação de monumentos antigos, que são muitas vezes os únicos

atrativos de que dispõem as localidades para atrair os visitantes. Essa necessidade de preservação da cultura local estimula essas regiões e até mesmo o próprio país, a proteger seus usos e costumes, através de operações de salvaguarda, mediante processos legais de preservação, como é o caso do tombamento realizado pela UNESCO.

Sessa em citação de Beni (2001), afirma que o turismo traz uma dupla contribuição para as sociedades, sendo uma direta, onde o resultado de uma experiência cultural pode proporcionar o enriquecimento da população local, e a aquisição dos valores culturais diferente para os visitantes. Uma outra contribuição tem caráter indireto, consistindo no planejamento (antes da viagem) e na verificação de dúvida entre o turista e o estrangeiro. Ainda nesse contexto, “pode-se afirmar, assim, que o Turismo é, em certo sentido, o instrumento que serve de veículo à reabilitação das culturas, contribuindo em grande medida para sua difusão mundial”. (BENI, 2001, p. 88).

Porém o turismo cultural não pode apenas ser considerado mediante os benefícios que auferem aos bens patrimoniais. Vários estudos têm sido realizados (no exterior), para detectar os impactos da atividade turística sobre os bens culturais, e nesse sentido alertam para os riscos do turismo de massa, já que o mesmo pode prejudicar a autenticidade e a espontaneidade das manifestações culturais, além das depredações nos bens materiais.

Com relação aos impactos favoráveis na cultura mediante a atividade turística, Ruschmann (2002) cita a valorização e preservação do patrimônio histórico, do artesanato, da herança cultural, além de ressaltar o orgulho étnico de comunidades de imigrantes.

Em contrapartida, a mesma autora afirma que se o turismo cultural não participar de um planejamento adequado e rigoroso, os impactos negativos podem sobressair aos positivos gerando aí uma aversão por parte da comunidade receptora em relação aos visitantes. Entre esses impactos negativos, Ruschmann (2002), destaca a descaracterização do artesanato, a vulgarização das manifestações tradicionais, a arrogância cultural tanto por parte da comunidade, como também dos turistas, e a destruição do patrimônio histórico através de atos de vandalismo.

Nesses casos, ao invés de promover a compreensão e os relacionamentos humanos, o turismo favorece apenas as relações econômicas, propiciando contatos precários, gerando lucro para empresários, dependência excessiva da atividade, e um descontentamento por parte da população local.

Apesar dos problemas advindos com os impactos negativos causados pela má utilização das edificações pelo turismo cultural, segundo Rodrigues (2003, p. 19), a

valorização turística deste patrimônio tem se mostrado eficiente em alguns países , além do que:

a atividade propicia uma manipulação de um universo simbólico de considerável importância para o reforço do civismo. A propaganda dos 'monumentos históricos', juntamente com a das 'festas típicas' e das 'belezas naturais', poderia promover aos olhos do mundo, e dos brasileiros, a imagem de um país com tradição e potencialidade para enfrentar o futuro.

Assim, mais uma vez pode-se afirmar que os bens culturais edificados podem ser considerados fator essencial para a implantação e desenvolvimento da atividade turística, uma vez que a maioria das pessoas viaja em busca do oposto do seu cotidiano, de suas atividades do que estão acostumados a ver, ou seja, do cenário em que vivem. Assim para Oliveira (2004), o patrimônio urbano influencia na percepção individual do observador, tornando-se um atrativo turístico de grande magnitude, por ser alheio a ele e por não pertencer ao seu cotidiano. Por esta razão esta paisagem tem uma relação direta com a atividade turística desde que esta venha a ser um produto para visitação.

No Brasil, apesar do potencial cultural disponível no país, - onde segundo Ruschmann (2002) as manifestações são diferenciadas nas diversas regiões do território nacional, ocasionadas pela colonização de muitas etnias de imigrantes que ocuparam o país após a vida dos portugueses e africanos, e assim podem constituir um forte motivador para a atividade turística - o segmento do turismo cultural ao contrário do que ocorre na Europa, é muito pouco difundido e aproveitado não só pelos estrangeiros, mas pelos próprios brasileiros.

Na cidade de Foz do Iguaçu a situação não é diferente, ou pode ser considerada pior ainda, já que a cidade vê no turismo sua principal fonte de renda. O município utiliza-se apenas dos grandes atrativos para visitação turística, não aproveitando as edificações históricas da cidade para finalidades de melhoria da atividade econômica. O centro da cidade é visto apenas como um corredor de passagem entre os atrativos: as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Tal fato é evidenciado uma vez que a maioria dos restaurantes bem como os principais hotéis da cidade encontram-se nas rodovias que levam a esses destinos (porém tal assunto não se aprofunda uma vez que a análise se caracterizaria como uma nova proposta de estudo).

Yázigi (2002) diz que as cidades são constituídas por formas arquitetônicas, que revelam a história, a tecnologia, ou ainda virtudes estéticas, além de outras informações que interessam não somente estudiosos, mas também amadores, na posição de turista. Sendo assim, preservar, e revitalizar, o patrimônio arquitetônico de Foz do Iguaçu ofereceria um

segmento a mais para a atividade turística, o que poderia acarretar uma maior permanência do turista na cidade, ou ainda, uma nova demanda de mercado.

A mesma fonte informa que a preservação dos bens culturais, além dos prováveis benefícios à atividade econômica, seria importante para a preservação da identidade da própria comunidade local. Estas pessoas se identificariam com a cidade não apenas pela paisagem, mas pelo que a construção dessa paisagem significou e/ou ainda significa para sua história, uma vez que com seus atrativos turísticos a cidade pode se revelar como uma obra de arte viva resultante das características do sítio geográfico, dos fatos históricos e das influências culturais que lhes deram origem (no caso de Foz do Iguaçu essa herança cultural é bastante diversificada), onde se percebem cores, texturas, hábitos, costumes, história e memória e toda uma gama de detalhes que torna sua paisagem muito significativa.

E com base em todo o referencial exposto sobre patrimônio e turismo cultural, e com o intuito de identificar quais as edificações possuem potencialidade turística na área central da cidade de Foz do Iguaçu, bem como, os significados que os mesmos representam para a população local, é que os próximos capítulos estarão voltados para tais questões.

CAPÍTULO II

2.1 FORMAÇÃO GEO-HISTÓRICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU – PR

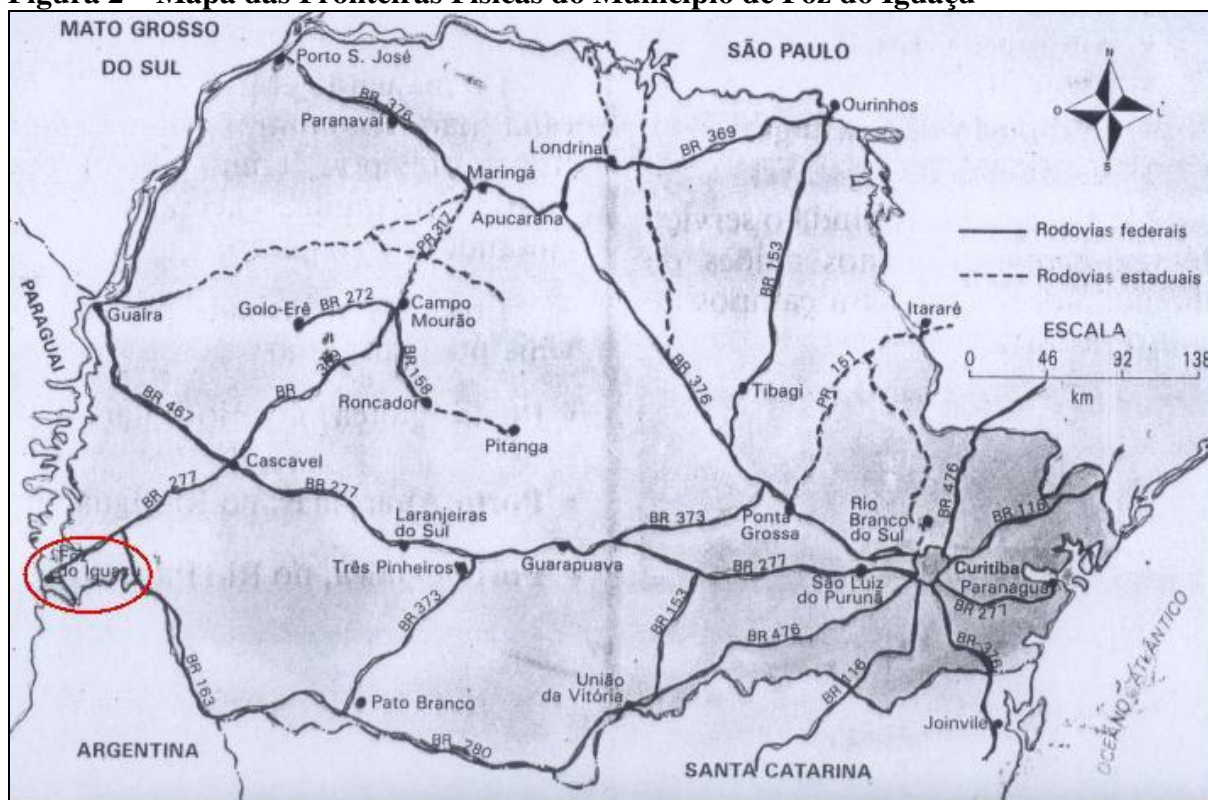
2.1.1 Características do espaço geográfico

O espaço físico é a base para existência de uma civilização com todas suas características políticas, econômicas e sociais. Porém definir o espaço como sendo somente o espaço físico foge a estudos de geógrafos como Santos (1994, p. 20), onde, “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranqüila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar”. Sendo assim, entende-se que o espaço físico atual não deve ser entendido somente através de suas características políticas, econômicas e sociais, pois todo o formato adquirido foi moldado também pela cultura resistente ao tempo, encontrada nos costumes atuais das sociedades.

No entanto, a localização do espaço físico torna-se necessário para uma melhor visualização do objeto de estudo. O relevo do estado do Paraná é dividido em planície litorânea, serra do mar, e os planaltos de Curitiba, de Ponta Grossa e o de Guarapuava, sendo que neste último encontra-se Foz do Iguaçu. Assim pode-se dizer a cidade está localizada na Região Sul do Brasil mais precisamente no extremo oeste do estado do Paraná.

Segundo Palhares (2001), o limite territorial a leste do estado é definido pelo Oceano Atlântico, a norte os limites são estabelecidos pelas fronteiras entre o estado do Paraná e os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, ao sul limita-se com o estado de Santa Catarina, além de fazer fronteira com dois outros países em sua porção oeste (Paraguai e Argentina – Figura 2).

Figura 2 – Mapa das Fronteiras Físicas do Município de Foz do Iguazu



Fonte: www.nacionaltur.com.br.

Os limites territoriais internacionais a oeste do estado do Paraná são definidos com base no rio Paraná para a divisa com o Paraguai e o rio Iguazu para a fronteira com a Argentina, denominando esta região que abrange as cidade de Foz do Iguazu (BR), *Ciudad del Este* (PY) e *Puerto Iguazú* (AR) de “Tríplice Fronteira” (Figura 3). Tanto o rio Iguazu como o Paraná apresentam real importância para a formação territorial do município de Foz do Iguazu. O rio Iguazu por originar o nome da cidade (sua foz encontrar-se a seis quilômetros da localidade), e o segundo, o rio Paraná, por abrigar os Saltos de Santa Maria do Iguazu, ou seja, a atual Cataratas do Iguazu, com quase trezentas cachoeiras, descoberta em 1542 pela expedição colonizadora de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca.